

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

LUCIANA KAROLINE DE MOURA DE OLIVEIRA

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E HABITAÇÃO
POPULAR DE ITACOATIARA-AM

MANAUS
2013

LUCIANA KAROLINE DE MOURA DE OLIVEIRA

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E HABITAÇÃO
POPULAR DE ITACOATIARA-AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração Amazônia: território e ambiente.

Orientador: Professor Dr. José Aldemir de Oliveira

Manaus
2013

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

O48r Oliveira, Luciana Karoline de Moura de.
(RE)Produção do espaço urbano e habitação popular de Itacoatiara-AM/
Luciana Karoline de Moura de Oliveira. - 2013.
100 f. : il. color. ; 31 cm.
Dissertação (Mestre em Geografia) — Universidade Federal do
Amazonas.

Orientador: Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira.

1. Planejamento urbano – Itacoatiara (AM) 2. Habitação popular –
Itacoatiara (AM) 3. Periferias 4. Política habitacional - Amazonas I.
Oliveira, José Aldemir de (orientador) II. Universidade Federal do
Amazonas IV. Título

CDU (2007): 911.375.64:728-058.34(811.3)(043.3)



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
ICHL/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Aprovado pela Resolução nº 009 – CONSUNI de 17/08/95, credenciado pela CAPES em set/2000



**“A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E HABITAÇÃO
POPULAR DE ITACOATIARA-AM”**

Luciana Karoline de Moura de Oliveira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA À BANCA EXAMINADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA / MESTRADO EM GEOGRAFIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM GEOGRAFIA.

Assinada por:

Nome	Conceito
 Prof(a) Dr(a) Paola Verri de Santana	aprovada
 Prof(a) Dr(a) Sônia Regina Romancini	Aprovada
 Prof(a) Dr(a) Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho	Aprovado

MANAUS, AM – BRASIL
SETEMBRO DE 2013

Observação: Válido como documento oficial somente com a apresentação da Ata de Defesa

Agradecimentos

À CAPES, pela bolsa concedida.

A Deus, pela fidelidade.

Ao meu esposo, por cuidar de mim e por compartilhar comigo o maior dos dons.

Aos meus pais e irmãos, pelo carinho de sempre.

Ao meu orientador, professor José Aldemir, pelos anos de aprendizado.

Aos meus colegas de mestrado, por compartilharem as aflições e conquistas.

À Juliana, pelos auxílios durante minha iniciação científica.

Ao Rogério Marinho, por sua bondade e por estar sempre disposto a ajudar.

Aos professores do departamento de Geografia, que contribuíram para minha formação.

Aos colegas da graduação, pelo incentivo.

À dona Graça, por ser atenciosa em suas atribuições dentro da secretaria do mestrado.

À Gercy, por sempre me ajudar sem reclamar.

Ao NEPECAB, por ter me acolhido e ter me dado muitas oportunidades.

À todos que em Itacoatiara contribuíram com este trabalho: Claudemilson, João, Paulo, Everaldo e todos aqueles com quem tive contato durante o tempo em que estive na cidade

Ao Francisco Gomes, pelas agradáveis conversas sobre Itacoatiara.

Ao mototaxista Gilson, que esteve comigo na maioria dos meus campos e que se tornou um amigo.

Aos moradores do bairro Mamoud Amed, por me concederem as entrevistas.

Aos meus irmãos em Cristo da Igreja Batista da Cidade Nova, pelo carinho sentindo.

A Nayara, pela amizade que apesar da distância se mantém sempre alerta.

Às minhas amigas de trabalho, por alegrarem minhas manhãs e compartilharem as alegrias e desafios da docência no ensino básico: Carla, Neife, Bruna e Sadria.

Aos meus alunos, pelo incentivo.

RESUMO

OLIVEIRA, Luciana Karoline de Moura de (2013). A (Re)produção do espaço urbano e habitação popular de Itacoatiara-AM. Manaus, 2013, Dissertação (Mestrado) Instituto de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Amazonas.

A produção da habitação é de interesse generalizado para toda a sociedade, além de ser uma necessidade básica para reprodução da vida, é também de grande importância para aqueles que lucram com a sua provisão. A população de baixa renda, por não ser atendida pelo Estado e sem condições financeiras atrativas para o setor privado de produção da habitação, cria alternativas habitacionais para sua reprodução. Porém, para a produção da habitação é necessária aquisição do espaço urbano e na sociedade capitalista o espaço é considerado mercadoria e por isso são delimitados aqueles de interesse para apropriação. Diante disso, surge a contradição da produção espacial entre a produção de um espaço orientado pelas necessidades econômicas e políticas; e a reprodução do espaço como condição, meio e produto da manutenção da vida. A habitação é a forma mais visível das diferenciações sociais que se concretiza na paisagem urbana, podendo ser utilizada para compreender a segregação sócio-espacial da produção do espaço urbano. Neste contexto, com o intuito de compreender a produção da habitação popular e sua relação com a produção do espaço urbano, foi delimitado como área de estudo a cidade de Itacoatiara-AM. Para conceituar as diferentes formas de habitação popular presentes em Itacoatiara foram realizadas leituras de textos acadêmicos, leitura e análise dos relatórios de políticas públicas para compreender como o Estado atua mediante a produção da habitação realizada pela população de baixa renda e como ele mesmo a produz. A partir das realizações de pesquisa de campo foram localizadas, caracterizadas e nomeadas as formas de habitação produzidas em Itacoatiara entre os anos de 2000 a 2004. Posteriormente foi delimitado um dos bairros originários da produção de habitação popular, o bairro Mamoud Amed para melhor aproximação e compreensão da realidade da periferia da cidade. Mesmo com as dificuldades encontradas no bairro e sua segregação sócio-espacial foram criadas relações sociais para reprodução da vida, estabelecendo assim, um significado subjetivo para seus moradores, que têm no bairro um habitar e um convívio social intenso. Por isso o bairro periférico não deve ser visto somente pelo que lhe falta, mas também por aquilo que já possui.

Palavras chave: produção do espaço, habitação popular, periferia, Itacoatiara.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Luciana Karoline de Moura de (2013). Reproduction of urban space and social housing in Itacoatiara-AM. Manaus, 2013, Thesis (Master) - Institute of Humanities and Letters, Department of Geography, Federal University of Amazonas.

The production of housing is widespread interest to society, besides being a basic necessity for reproduction of life is also of interest to those who profit from their provision. The low-income population by not being met by the state without income and attractive to private sector housing production produces housing alternatives for their reproduction. However, for the production of housing is necessary appropriation of urban space and in a capitalist society space is a commodity, so are delimited spaces for ownership interest. Thus, a contradiction of spatial production between production space guided by economic and political needs and reproduction of space as condition, means and product of the reproduction of life. Housing is the most visible form of social differentiation which is realized in the urban landscape, and can be used to understand the socio-spatial segregation, therefore the production of urban space. In this context, in order to understand the production of housing and its context with the production of urban space, was defined as study area the city of Itacoatiara -AM. To conceptualize different forms of housing in Itacoatiara were readings held academic texts, reading and analysis of reports of public policies to understand how the state acts through the production of housing held by low- income and as he himself produces. From field research achievements were localized, characterized and named forms of housing produced in Itacoatiara between the years 2000-2004. Later was bounded one of the neighborhoods originating in the production of housing, the Mamoud Amed neighborhood to better approach and understanding of the reality of the suburbs. Even with the difficulties in the neighborhood and its socio-spatial segregation in it are created to reproduce social relations of life and thus has a subjective meaning to its residents, who have to live in the neighborhood and intense social life. So the suburb should also be seen, beyond what it lacks, but also what he has.

Keywords: production of space, housing, suburbs, Itacoatiara.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Bairro Prainha, Itacoatiara-AM.	11
Figura 2- Região Metropolitana de Manaus.	14
Figura 3 - Região Metropolitana de Manaus.	15
Figura 4- expansão urbana de Itacoatiara (1990-2011).	16
Figura 5- Parque Residencial Poranga.	21
Figura 6- Notícias de Jornais que destacaram a relação do BNH com a Operação Amazônia.	26
Figura 7-Conjunto Habitacional de Flores (1968).	28
Figura 8-Planta urbana de Itacoatiara (1984).	28
Figura 9- bairro Prainha, Itacoatiara-AM.	31
Figura 10- bairro Iraci, Itacoatiara-AM.	31
Figura 11-Moradores reivindicando abastecimento de água.	36
Figura 12-Conjunto Habitacional Cidadão Manaus.	36
Figura 13-Parque Residencial Poranga.	37
Figura 14- casa com piso danificado.	38
Figura 15- Esgoto obstruído.	38
Figura 16- Residencial Poranga.	38
Figura 17- Início da Ocupação dos terrenos em Itacoatiara.	44
Figura 18- Expansão urbana de Itacoatiara 1990-2011.	47
Figura 19-Rua no bairro Mamoud Amed.	48
Figura 20- Bairro Jauary 1.	52
Figura 21-Início da Ocupação.	56
Figura 22-Rua do bairro Mamoud Amed.	57
Figura 23-Vista aérea parcial da cidade de Itacoatiara-AM, bairro Jauary 1, 1970.	60
Figura 24- Ocupação em Aningal, Bairro Jauary 1.	61
Figura 25- Bairro Jauary 1.	62
Figura 26-Bairro Prainha.	62
Figura 27-Bairro Centenário.	63
Figura 28- Escola Estadual Ieda Henrique, utilizada para abrigar as famílias.	64
Figura 29- Bairro Mamoud Amed.	66
Figura 30-Localização da área de Estudo.	69
Figura 31- Rua no bairro Mamoud Amed.	71
Figura 32- Rua no bairro Mamoud Amed.	73
Figura 33- Orla de Itacoatiara.	75
Figura 34-Início da ocupação no bairro Mamoud Amed.	77
Figura 35-improvisação de materiais na construção.	78
Figura 36-casa no bairro Mamoud Amed.	78
Figura 37-comércio no bairro Mamoud Amed (2013).	82
Figura 38-Comércio no bairro Mamoud Amed (2013).	83
Figura 39- casa abandonada.	83
Figura 40- Casa abandonada.	83
Figura 41-Casa a venda no bairro Mamoud Amed.	84
Figura 42- Casa a venda no bairro Mamoud Amed.	84
Figura 43- enchente de 2012, bairro Mamoud Amed.	85

Figura 44- Vista área parcial de Itacoatiara, destaca para Conjunto Cidadão
Itacoatiara.....

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- População de Itacoatiara de 1950 a 1991.	30
Gráfico 2- PIB de Itacoatiara, 2007.	33
Gráfico 3- Evolução Populacional (1970-2010).....	33
Gráfico 4- População dos Bairros de Habitação Popular.....	58
Gráfico 5- População por bairro de habitação popular.	71
Gráfico 6- Pessoas por domicílio.....	79
Gráfico 7-- Renda familiar- Bairro Mamoud Amed (2013).....	80
Gráfico 8-- Escolaridade dos moradores- Bairro Mamoud Amed.....	81
Gráfico 9- Ocupação profissional dos moradores- Bairro Mamoud Amed (2013).	81
Gráfico 10- Ruas atingidas pela enchente em Itacoatiara (2012).	85

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Empresas instaladas em Itacoatiara 1967-1995.....	24
Tabela 2- Conjuntos Habitacionais construídos pelo BNH.	25
Tabela 3- Classificação dos Financiamentos das Cohab's em 1986.....	25
Tabela 4- Conjuntos Habitacionais construídos entre 2003 a 2007.....	34
Tabela 5- Políticas Públicas de Habitação em Itacoatiara (1970 a 2013).	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
.....	11
1.1 O ponto de partida	12
1.2 O encaminhamento da pesquisa.....	17
CAPÍTULO 1	20
O ESPAÇO URBANO DE ITACOATIARA E PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO	21
1.1 O Estado e a produção de habitação em Itacoatiara	22
1.2 A Espacialização do Ser: Quando a Habitação é Popular.....	39
CAPÍTULO 2.....	44
HABITAÇÃO POPULAR EM ITACOATIARA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	44
2.1 As formas de habitação popular e a produção do espaço urbano de Itacoatiara	45
2.3 Cheias e habitação popular em Itacoatiara	59
CAPÍTULO 3.....	66
O BAIRRO MAMOUD AMED E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	66
3. 1 O lugar no espaço urbano.....	67
3.2 Reprodução da periferia de Itacoatiara.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	90
REFERÊNCIAS	91
DOCUMENTAÇÃO OFICIAL	96
DOCUMENTAÇÃO DA IMPRENSA.....	96
ANEXOS.....	97

INTRODUÇÃO

Figura 1- Bairro Prainha, Itacoatiara-AM.



Foto: Luciana de Oliveira (2012).

1.1 O ponto de partida

Este trabalho buscou pensar as relações sociais, do ponto de vista de uma leitura geográfica, em sua dimensão espacial. Partindo desse princípio, o espaço é produto das práticas sociais que se reproduzem de acordo com cada sociedade, tendo, portanto, uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo.

Porém, o espaço não é um produto como outro qualquer (LEFEBVRE, 2008), pois a sociedade apropria-se dele, produzindo-o e reproduzindo-o. Estabelece-se a produção continuada do espaço como dimensão da reprodução social, deste modo seu processo de produção é indissociável do processo de reprodução da sociedade (CARLOS, 2007) o que pode configurar-se como a ação dialética entre sociedade/espaço. E nesse pensamento ladrilhamos o caminho de nossa pesquisa, contextualizando o espaço para análise do conteúdo das relações que o constituem enquanto tal, como movimento do processo de apropriação/produção/reprodução do espaço em seus conteúdos sociais (CARLOS, 2011).

A noção de produção à qual nos referimos vai além da (re)produção dos meios de produção, “[...] não a produção no sentido restrito dos economistas, isto é, o processo da produção das coisas e de seu consumo” (LEFEBVRE, 2008, p.48), o qual torna o espaço apenas funcional e instrumental, reduzindo-o a uma visão material do mundo. O espaço não é somente isso, ele ultrapassa esta concepção “[...] vincula também a produção do homem e de sua humanidade, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e como é, por ela, determinada” (CARLOS, 2007, p.22).

A sociedade produz o espaço para sua reprodução como espécie, e em uma sociedade capitalista que visa a reprodução do capital, tornando-o condição e meio para a realização da totalidade social. Portanto o espaço urbano: “é consequência da ação de agentes sociais concretos históricos dotados de interesses, estratégias e práticas próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2011, p.43).

O estudo da produção da habitação possibilita compreender que sua

realização dependerá de interesses e conflitos entre aqueles que visam o lucro com sua produção e a fazem de forma seletiva, limitando o acesso à habitação e a terra; e os que necessitam dela para sua reprodução, mas não conseguem entrar no mercado capitalista de habitação e buscam outras alternativas de moradias. Essas ações conflitantes produzem e reproduzem o espaço urbano como desigual e diferenciado.

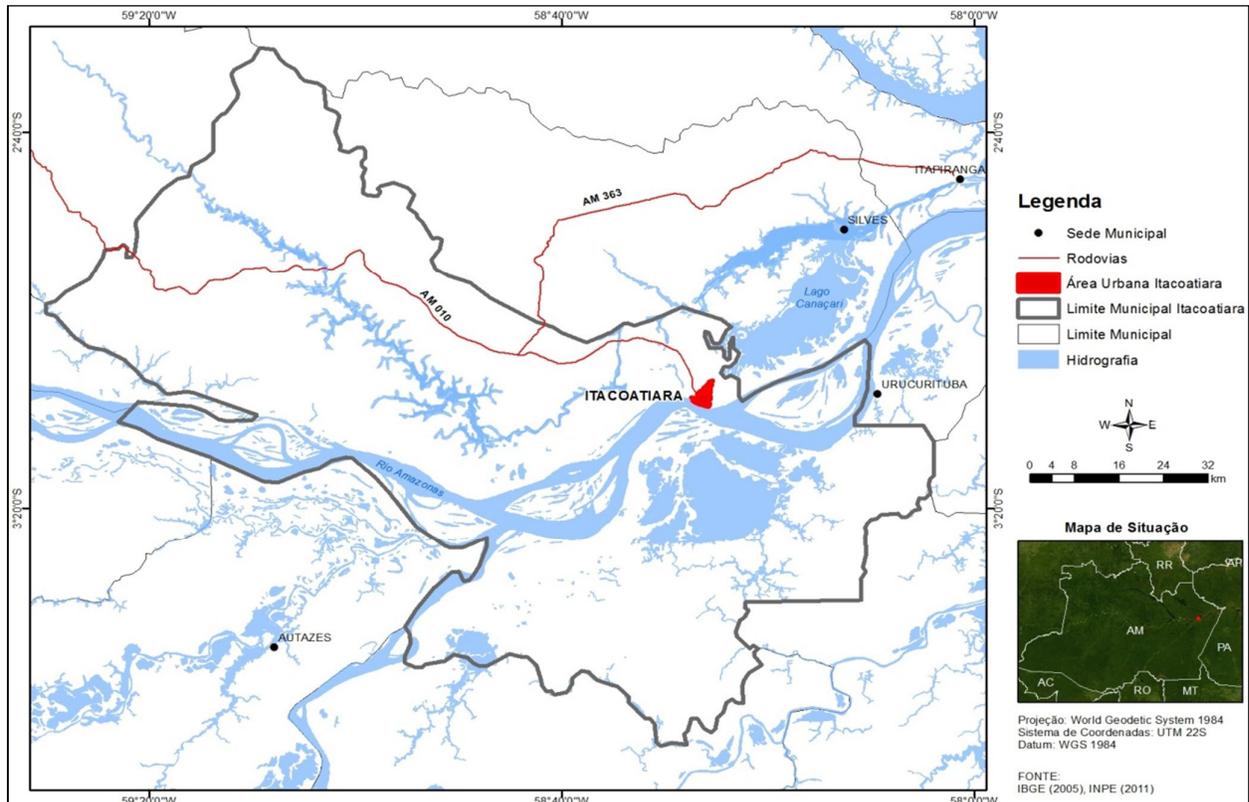
Roberto Lobato Corrêa (2002) classifica os agentes sociais produtores do espaço urbano como sendo: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Esta concepção porém, limita a compreensão da produção do espaço apenas ao plano econômico da reprodução do capital, então, para melhor compreensão da produção do espaço, utilizaremos a noção de sujeito proposta por Carlos (2011) para tratar daqueles que em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação. E para a construção da pesquisa:

A noção de produção traz questões importantes: seu sentido revela os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes de produção material do espaço, as finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade, bem como as formas de apropriação (CARLOS, 2011, p.62).

Esta pesquisa foi direcionada para a investigação da produção da habitação em Itacoatiara-AM como necessidade para reprodução da vida, sua contextualização nos possibilitará a compreensão do processo de produção e reprodução do espaço urbano deste município.

O município de Itacoatiara está localizado ao leste do Estado do Amazonas na calha do Médio Amazonas (SEPLAN, 2010) possui uma área territorial de 8.891,99 Km² (SEPLAN, 2010) e uma população total de 86.840 habitantes dos quais 66,99% corresponde à população urbana (Figura 2).

Figura 2- Região Metropolitana de Manaus.



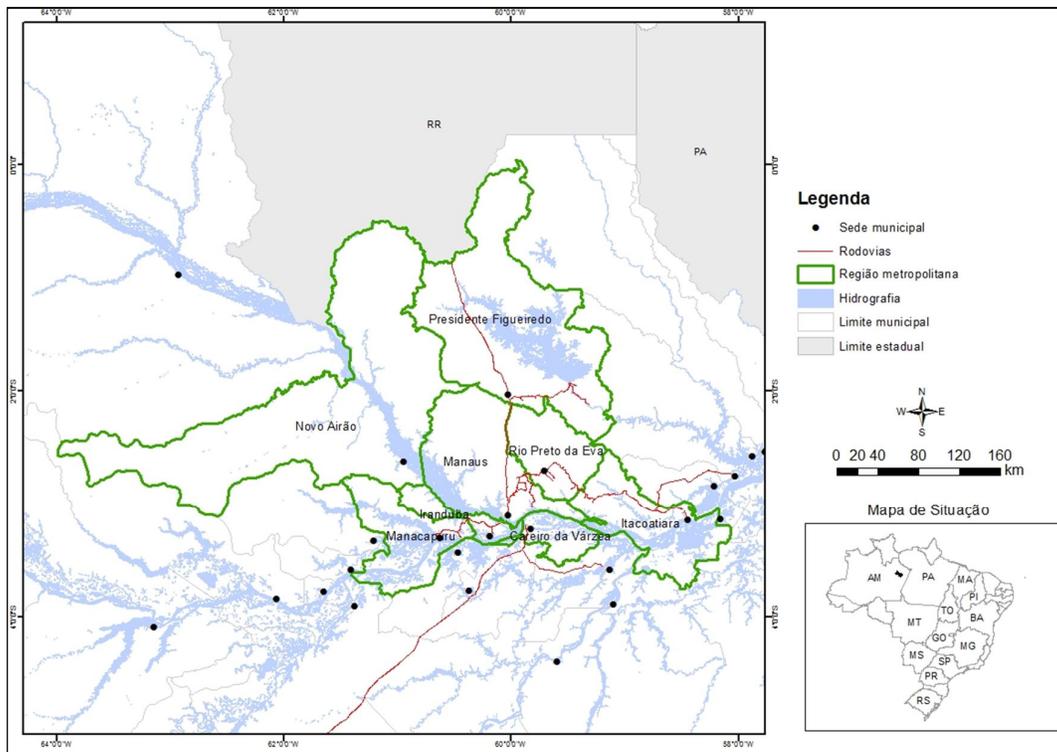
Organização: Rogério Marinho (2012).

Itacoatiara é um dos poucos municípios do Amazonas que possui infraestrutura para os três tipos de transporte: aéreo, fluvial e rodoviário o que se torna fator importante para sua dinâmica econômica e populacional. Ele faz parte da recém criada Região Metropolitana de Manaus (RMM)¹ (Figura 3) o que lhe dá uma importância e papel diferenciados entre as cidades do Amazonas². Além de integrar a RMM possui influência sobre os municípios de Silves, municípios de Silves, Itapiranga e Urucurituba que possuem menor população e economia baseada, sobretudo, no setor primário. Cada um deles ligam-se à Zona Urbana de Itacoatiara pelo setor de serviços principalmente saúde e educação (nível superior).

¹ Lei Complementar 52/2007.

² Foi criada uma secretaria exclusiva para as cidades da RMM e nela está sendo desenvolvido o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus para os anos de 2010-2020.

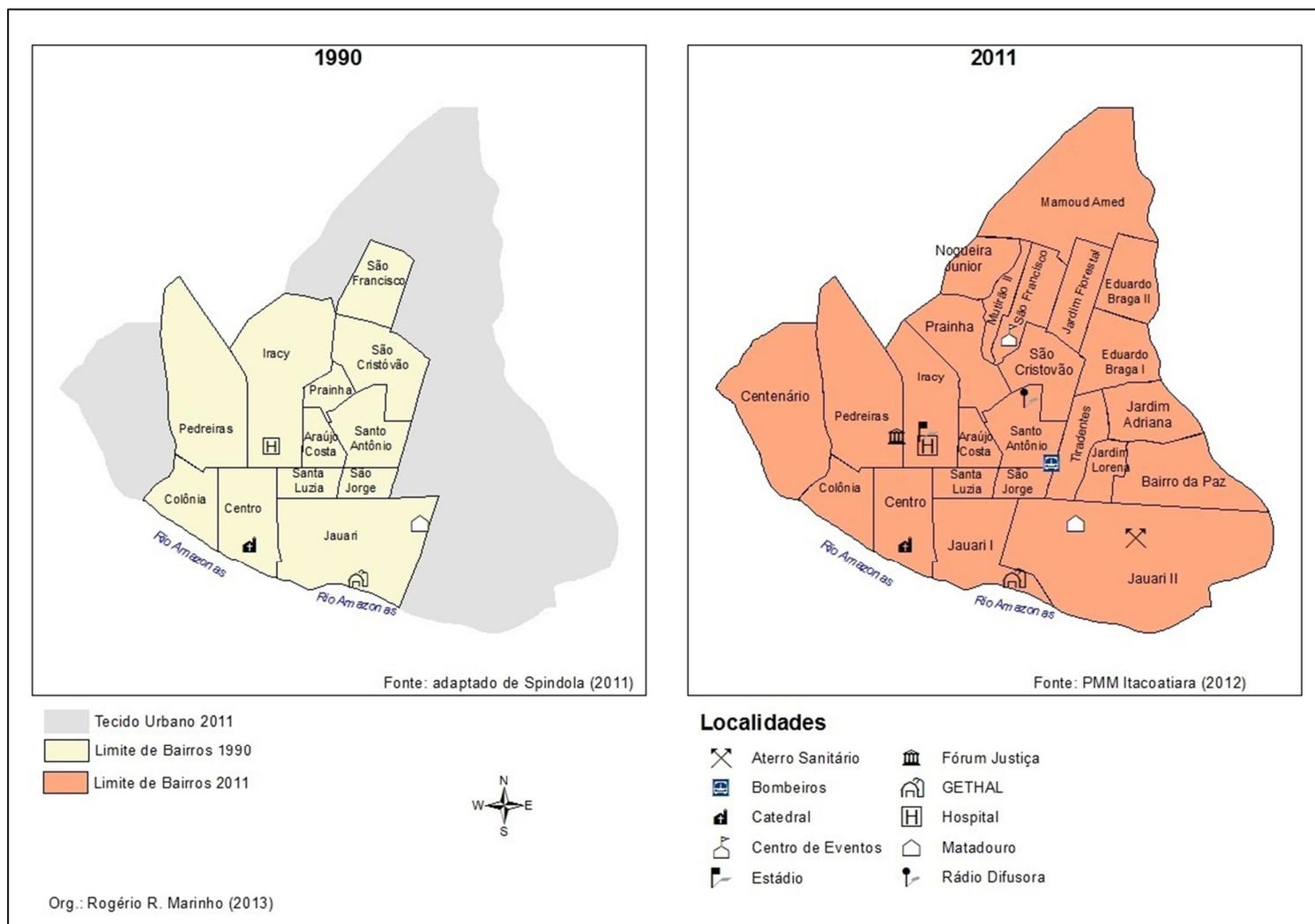
Figura 3 - Região Metropolitana de Manaus.



Organização: Rogério Marinho (2013).

Esta pesquisa foi realizada na zona urbana do município de Itacoatiara onde se concentra a maior parte da população, onde ocorre dinâmica econômica, além da mobilidade para aquisição de bens e serviços. A escolha da cidade de Itacoatiara como estudo de caso foi realizada após levantamentos de informações sobre habitação nos municípios que compõem a região metropolitana de Manaus. Considerou-se pertinente a escolha em relação à temática abordada pelas características da configuração habitacional dessa cidade que teve no ano de 2003 sua expansão urbana resultante de intensas produções de habitação pela população de baixa renda e pelo Estado (Figura 4).

Figura 4- Expansão urbana de Itacoatiara (1990-2011).



2 O encaminhamento da pesquisa

A pesquisa buscou compreender a (re)produção do espaço urbano de Itacoatiara-AM para analisar o processo de produção da habitação popular na cidade ocorrido no período de 2000-2003. Também procurou identificar as formas da habitação popular produzidas durante esse período, assim como se propôs a entender a relação do lugar e o espaço tratando da busca pela compreensão do processo de apropriação/produção/reprodução do espaço urbano realizado pelos sujeitos e agentes de um lugar específico (um bairro originado de ocupação) da cidade, na perspectiva que:

Trata-se de lugares que o homem habita dentro da cidade e que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida: lugares por onde se locomove, onde trabalha, flana, o espaço da casa e dos circuitos de compras, dos passeios, isto é, formas através das quais o homem se apropria de seu mundo imediato que vai ganhando o significado dado pelo uso e suas possibilidades (CARLOS, 2007, p.44).

Nessa direção, o quadro abaixo sintetiza os procedimentos realizados para execução do trabalho:

Objetivos específicos	Metas	Procedimentos
1. Identificar as formas da habitação popular.	-Identificar os bairros de originados do processo de produção da habitação popular, no período de 2000 a 2003;	<ul style="list-style-type: none"> - Foi realizado o levantamento e estudos de relatórios que tratam sobre a habitação popular que constam no acesso bibliográfico virtual do <i>site</i> do Ministério das Cidades; - Levantamento e análise bibliográfica sobre os seguintes temas: Habitação popular; políticas públicas habitacionais; Produção do Espaço. Deste levantamento foram consultados principalmente os trabalhos dos seguintes autores: Ana Fani Alessandri Carlos, Henri Lefebvre, Ermínia Maricato, Nabil Bonduki e Flávio Villaça cujos trabalhos respectivos constam no item Referências; - Foram realizados 2 (dois) trabalhos de campo nos meses de novembro de 2011 e fevereiro de 2012. O primeiro trabalho de campo (duração de 2 dias) tratou da sondagem de possíveis contatos para adquirir informações de relevância para pesquisa. O

		<p>segundo campo (duração de 5 dias) serviu para adquirir as informações solicitadas junto à secretaria de setor de terras e a unidade do IBGE em Itacoatiara, assim como para a obtenção de acesso à arquivos e trabalhos realizados sobre a cidade (referências). Neste campo também foi realizado registro fotográfico e observações nas áreas de habitação popular.</p>
<p>2. Descrever o processo de surgimento dos Bairros, originários do processo de habitação popular e escolher um (1) para análise.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o processo de produção do espaço urbano e da habitação popular em Itacoatiara; - Agregar informações e dados para futuros trabalhos sobre a cidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Foi realizado o levantamento da produção bibliográfica sobre a cidade, sendo identificados como relevantes os trabalhos dos seguintes autores: Braga (2011) Claudemilson Oliveira (2007), Silva (1997) e Spínola (2009); - Levantamento de informações em bibliotecas públicas: Casa da Cultura de Itacoatiara e Associação Dom Jorge Marskell. - Realização de trabalho de campo, em maio de 2012, para acompanhar a situação dos moradores nos bairros atingidos pela enchente. Neste campo foram realizadas visitas às secretarias do município: secretaria de infraestrutura onde se obteve o mapa das áreas atingidas pela enchente; secretaria de serviço social onde foram adquiridas informações sobre a situação das famílias atingidas pela enchente; secretaria de saúde para obter informações das doenças agravadas neste período. As visitas também aconteceram ao Residencial Poranga onde foram adquiridas fotos e informações com os funcionários sobre o andamento da construção dessa obra. - Para maior embasamento teórico sobre o assunto, foram realizadas pesquisas nos jornais impresso da cidade, contudo, o único e atual Jornal - "Jornal Candiru"- não existia no período que se realizou o estudo, e o Jornal da época - "Em tempo Itacoatiara" - já não existe mais. Algumas matérias relevantes para a pesquisa foram encontradas em arquivos pessoais de ex-funcionários do último jornal citado.

		<ul style="list-style-type: none"> - No Instituto de Geografia e História do Amazonas, em Manaus, foram encontradas algumas matérias da produção da habitação realizada pelo Banco Nacional de Habitação nos seguintes jornais: Jornal do Comércio e O Jornal. - entrevista aberta com o historiador Francisco da Silva Gomes realizada na Academia Amazonense de Letras, nos meses de novembro de 2012 e abril de 2013.
3. Analisar a (re) produção do fragmento espacial escolhido e sua articulação no espaço urbano.	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever e analisar a reprodução social no fragmento escolhido e sua articulação no espaço urbano; 	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e sistematização de referências bibliográficas sobre os temas: espaço urbano e periferia; - Levantamento documental em órgãos públicos referentes às políticas urbanas habitacionais; - Aplicação de 55 formulários com os moradores do Bairro Mamoud Amed; - registros fotográficos e anotações de informações do Bairro Mamoud Amed.

E para dar ensejo a pesquisa, no capítulo 1 - O espaço urbano de Itacoatiara e a produção de habitação - são destacados alguns aspectos relevantes que ajudaram a compreender a produção do espaço urbano de Itacoatiara, partindo da década de 1970, com as ações dos projetos desenvolvimentistas e produção dos primeiros conjuntos habitacionais construídos por políticas públicas até as últimas atuações do Estado, como o Programa Minha Casa Minha Vida. Essas considerações iniciais serviram para compreender como o Estado produziu habitação na cidade e até que ponto foram significativas ou insuficientes. A reflexão sobre a diferença existente entre a produção da habitação realizada pelo Estado e habitação produzida pela população de baixa renda será apresentada no item 1.1 “A Espacialização do ser: quando a habitação é popular”.

O Capítulo 2 - Habitação popular em Itacoatiara e a produção do espaço urbano - trata da classificação dos tipos de habitação popular encontradas em Itacoatiara entre os anos de 2000 a 2003 e que foram nomeadas de acordo com as características do processo de produção de cada uma. Também são apontadas algumas outras informações importantes para compreensão do processo de construção do espaço urbano em outros períodos e que podem ser aproveitadas para outras pesquisas, assim como aconteceu neste presente trabalho que surgiu de pontos ressaltados em pesquisas já publicadas.

No capítulo 3 foi verticalizado a análise para compreender um lugar específico da cidade – O bairro Mamoud Amed e reprodução do espaço urbano. Foram traçadas algumas características que demonstram a fragmentação e a articulação do bairro com a cidade (CORRÊA, 2007). Além disso, são apresentadas algumas características da produção do bairro como lugar de reprodução da vida que se espacializa e é espacializado.

Assinala-se que a pesquisa de origem desta dissertação está inserida nos estudos sobre cidade e o urbano na Amazônia, desenvolvidos pelo NEPECAB - Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira. Mais especificamente a pesquisa faz parte do projeto "Cidades amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional -PRONEX/FAPEAM/CNPQ.

CAPÍTULO 1

O ESPAÇO URBANO DE ITACOATIARA E PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO

Figura 5- Parque Residencial Poranga



Foto: Luciana de Oliveira (2012).

1.1 O Estado e a produção de habitação em Itacoatiara

A cidade aparece como obra e produto social de um processo histórico que contempla, ao mesmo tempo, o passado, o presente e os anseios futuros dos agentes e sujeitos que a produzem. O passado das cidades está presente, nas suas formas arquitetônicas, lugares simbólicos, monumentos históricos, objetos geográficos que representam períodos que marcaram as cidades. Na Amazônia, por exemplo, o período da borracha deixou marcas que estão presentes nas formas arquitetônicas de algumas cidades como Itacoatiara. Porém,

É preciso reconhecer, antes de tudo, que qualquer vestígio do passado (seja ele uma forma arquitetônica que subsiste na paisagem, ou um documento que ainda está guardado nas instituições de memória) jamais é neutro. Contextualizar o vestígio, saber quem o produziu, quando e, se possível, com que objetivo, é, portanto, o primeiro passo a ser tomado (ABREU, 2011, p.30).

Como assinalado acima, podemos encontrar na cidade de Itacoatiara vestígios da sua formação enquanto cidade da Vila de Serpa do século XVIII, nas suas formas arquitetônicas antigas construídas no período da borracha, no século XIX, ou do cultivo da juta que aparece na arquitetura da cidade no início de 1950. Porém, após as primeiras leituras sobre o município, encontramos um aspecto que para esta pesquisa serviu de ponto de partida à produção do espaço urbano de Itacoatiara. Tal aspecto surgiu no período de planejamento e ações que ocorreram na Amazônia, na década de 1970, período em que cidade de Itacoatiara foi uma das cidades mais impactadas pelos projetos desenvolvimentistas para região. Segundo Claudemilson Oliveira (2007) a partir da década de 1970 iniciou-se intensas modificações no espaço urbano de Itacoatiara, geradas por investimentos públicos e privados que resultaram na primeira fase com a instalação das unidades industriais madeireiras, atraídas pelos incentivos fiscais da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Essas instalações iniciaram o processo de crescimento populacional do espaço urbano do município, já que antes das madeireiras, Itacoatiara vivia um período de pouco crescimento econômico e urbano, causada pelo declínio do cultivo da juta. Portanto, a cidade passa de um processo de (re)produção lenta para (re)produção acelerada, com todas as implicações

disso derivadas. Foi neste período, também, que se iniciou a produção dos primeiros conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, que juntamente com as empresas madeireiras, que se instalaram na cidade, trouxeram modificações à forma urbana da cidade além de aumento da população na zona urbana do município.

Antes da década de 1970, Itacoatiara possuía uma população voltada para as atividades econômicas baseadas, sobretudo, nos recursos regionais (látex, juta, malva, castanha, mandioca entre outros) e como decorrência disso, os bairros mais antigos de Itacoatiara foram originados a partir de ocupações ligadas às atividades agrícolas: “Há muitos roçados de mandioca na origem dos bairros” (SPÍNOLA, 2001, p.24) como, por exemplo, os bairros de Iraci e da Prainha.

A década de 1970 foi o período também destacado como um dos períodos de intensa migração no Estado do Amazonas. As enchentes associadas à falta e/ ou inadequação de políticas públicas para o setor primário, tais como, incentivos financeiros ao cultivo da juta e da pecuária, auxílio tardio do poder público às populações atingidas pela subida rápida das águas e no transporte de animais para áreas seguras, dentre outros, ocasionaram a crise da economia extrativista que começou na década de 1960 e foi fator impulsionador da migração de populações do interior para as sedes dos municípios mais próximos (PINTO *et al.*, 2009).

Para que as primeiras indústrias madeireiras fossem instaladas no município de Itacoatiara na década de 1970 foram realizadas concessões, como doação de terra do município, conforme a Lei nº. 19 de 29.06.1981 que repassava do patrimônio municipal uma área de 233.661m² para a empresa *Atlantic Veneer* da Amazônia S/A, onde foi construído um conjunto residencial destinado aos funcionários da empresa e para ampliação do polo madeireiro. Além disso, o Município viabilizou a infraestrutura de acordo com a Lei nº. 3, de 06.01.1984, que trata do asfaltamento da estrada que dá acesso as empresas madeireiras, sendo que algumas delas foram implantadas na estrada AM-010 (Tabela 1).

Tabela 1- Empresas instaladas em Itacoatiara 1967-1995.

Empresa	Início das atividades	Área construída	Localização
Itacoatiara Industrial S.A	1965	Não consta	Cidade
MIL- Madeireira Itacoatiara Ltda.	1976	5.950m ²	AM-010
Atlantic Veneer do Brasil S/A	1977	23.650 m ²	Cidade
Indústria de Compensados Itacoatiara Ltda.	1981	2.200m ²	AM-010
Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais S/A	1981	25.000m ²	Cidade
Braspor Madeiras Ltda	1995	Não consta	AM-010
MW Florestal do Brasil ind. Com. Ltda.	1996	1.500 m ²	AM-010

Fonte: Claudemilson Oliveira (2007).

Assim como as políticas desenvolvimentistas do governo militar levaram a implantação das atividades madeireiras em Itacoatiara, através dos incentivos fiscais da SUFRAMA, foi, também, pelo governo militar, que se deveu a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) pela Lei nº4. 380 de 21 de agosto de 1964 obedecendo o discurso oficial para promover a construção e a aquisição da casa própria para a população de menor poder aquisitivo e a construção de infraestrutura urbana.

Todavia, não é o que os críticos e estudiosos das políticas habitacionais constataam. Para eles o BNH foi uma estratégia utilizada pelo governo militar no sentido de atender às necessidades fundamentais da população: a habitação, buscando alcançar apoio entre as massas populares urbanas, segmento que era uma das principais bases de sustentação do populismo decadente. Por outro lado, visava também criar uma política permanente de financiamento capaz de estruturar, em moldes do sistema capitalista beneficiando, sobremaneira, o setor empresarial da construção civil habitacional. Para Bonduki (2011), este aspecto é o que fundamenta toda a política do sistema financeiro de habitação do governo militar, que garantiu a reprodução ampliada do capital num setor caracterizado por intensa exploração da mais valia.

O BNH tornou-se o segundo maior banco do país perdendo apenas para o Banco do Brasil (VILLAÇA, 1986) e mesmo com todas as contradições e

conflitos que existiram no período do BNH, foi com sua criação que se iniciou, de fato, uma Política Nacional de Habitação. Com ele, e para viabilizar a política habitacional no Estado do Amazonas, foi criada a Companhia de Habitação (COHAB) por meio da Lei nº. 226 de 27 de junho de 1965, durante o governo de Arthur Cezar Ferreira Reis. A COHAB-AM (atual Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB) foi criada com a finalidade de planejar e viabilizar a habitação de interesse social, ou seja, habitação para população de baixa renda de acordo com a Lei Federal 4.380/64.

As políticas desenvolvimentistas para a região, somadas à criação da COHAB-AM resultaram na implantação de políticas habitacionais para o Amazonas, sobretudo na produção de moradia na capital e para algumas cidades do interior do Estado e entre elas, a Cidade de Itacoatiara (Tabela 2).

Tabela 2- Conjuntos Habitacionais construídos pelo BNH.

Município /Conjunto	Ano de Entrega	Unidades Construídas
Itacoatiara /Iraci	1969	150
Parintins/Vitória Régia	1969	192
Benjamin Constant / Umarizal	1969	80
Manacapuru/ Alberto Ventura	1974	66
Itacoatiara /Conjunto Novo Horizonte	1987	200

Fonte: Superintendência de Habitação (2012).

A tabela acima demonstra que em 18 anos foram construídas 688 unidades em 5 cidades do interior e também aponta para os problemas da habitação que já eram recorrentes nas cidades do interior do Amazonas, a partir dos anos 1960.

Tabela 3-Classificação dos Financiamentos das Cohab's em 1986.

Classificação	Instituição	Valores de Contrato de Financiamento (NCr\$)
1	Cohab-Guanabara	31.396.000,00
2	Shis-DF	30.908.000,00
3	Cohab-Rio Grande do Sul	17.017.000,00
4	Cohab- Pernambuco	15.014.000,00
5	Cohab-São Paulo	12.947.000,00
6	Cohab-Amazonas	10.844.000,00
22	Cohab-PARÁ	2.673.000,00

Fonte: Jornal do Comércio, 31 março 1986. Acervo: IGHA (2012).

A tabela (Tabela 3) demonstra a importância da COHAB-AM no ranking das Cohab's do Brasil, no que concerne ao financiamento de habitações populares. Todavia, a maior parte das habitações construídas se concentrou na cidade de Manaus, onde os conjuntos habitacionais financiados pela COHAB-AM se constituíram como vetores de expansão urbana.

Ainda na década de 1960 uma ação do governo federal foi significativamente impactante na Amazônia: a implantação, em 1966, pelo governo militar do plano chamado de “Operação Amazônica”. Esse plano foi criado para intensificar a política integracionista, e utilizada como uma “ponte” ao BNH com a justificativa que seria o meio de desenvolvimento e consolidação urbana no interior do Estado (Figura 6).

Figura 6- Notícias de Jornais que destacaram a relação do BNH com a Operação Amazônia.



Fonte: Acervo IGHA (2012).

Desse modo, com os recursos provenientes do Sistema Financeiro de Habitação foram iniciadas as políticas públicas habitacionais no Amazonas, sobretudo na capital; e em maio de 1968 foi assinado um convênio entre a prefeitura de Itacoatiara e o Governo do Estado para a construção de 252 casas (O Jornal, 1968). Em 1969, foram construídas 150 casas na área de pouso de aeronaves de pequeno porte, que era limitado por uma fazenda e se constitui no atual Bairro Iraci, porém as outras unidades relacionadas com o mesmo projeto não foram construídas. O bairro foi formado a partir da

ocupação de famílias ribeirinhas que migraram para cidade devido às enchentes de 1953 e 1959 e receberam da Prefeitura lotes e madeiras para construção de suas casas e que ocupavam áreas próximas da fazenda Iraci (SPINOLA, 2001).

Embora a construção do conjunto Iraci tenha ocorrido em uma área de concentração de população de baixa renda, esta não foi beneficiada, pois as condições impostas pelo SFH beneficiavam somente aqueles que possuíam renda mínima de três salários mínimos e isso, em um município como Itacoatiara, ainda era privilégio de poucos. A própria COHAB, que inicialmente pretendia financiar casas para faixas de renda inferior a três salários mínimos, logo desistiu desse propósito, o que foi detectado por autores, como Villaça (1986) e Maricato (1997). Como a maioria dos projetos habitacionais da época, o Conjunto Habitacional Iraci beneficiou funcionários públicos, comerciantes, políticos e pessoas ligadas às empresas que estavam se instalando em Itacoatiara com os incentivos fiscais dos governos federal e estadual.

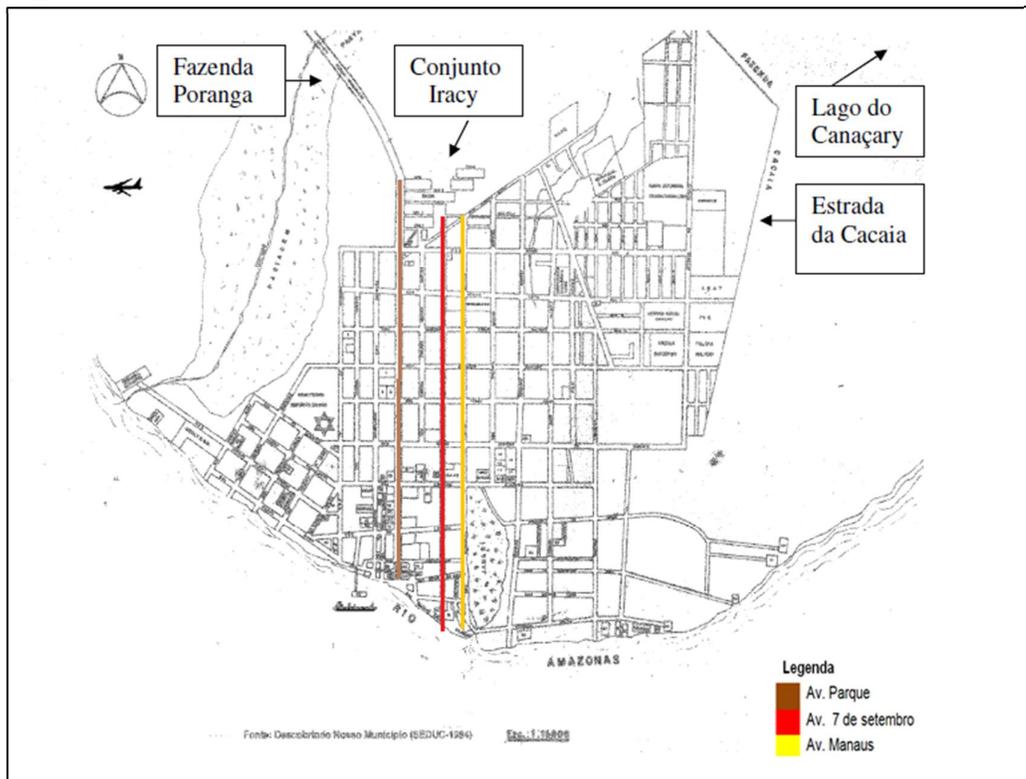
Em Manaus (Figura 7), a maioria dos conjuntos foi construída em áreas periféricas e até então não urbanizadas, reproduzindo o modelo de expansão das cidades brasileiras, que resultou no espraiamento das cidades (SANTOS, 1993) como descreve Doralice Sátyro Maia: “A expansão da malha urbana, ou mesmo o que se comumente diz, o crescimento urbano, ocorre predominantemente em direção às áreas externas à área ocupada, criando, na maioria das vezes, grandes manchas” (MAIA, 2010, p. 5). Porém, o primeiro conjunto habitacional de Itacoatiara - o conjunto Iraci - foi construído em uma área consolidada e interceptada pelas três principais avenidas da cidade: Avenida Sete de Setembro, Avenida Parque e Avenida Manaus (Figura 8).

Figura 7-Conjunto Habitacional de Flores (1968).



Fonte: Jornal do Comércio (1 de maio de 1968). Acervo: IGHA.

Figura 8-Planta urbana de Itacoatiara (1984).



Fonte: Claudemilson Oliveira (2007).

O Conjunto Iracy trouxe mudanças na morfologia urbana da cidade, agora hierarquizada socialmente. Para execução de obras de infraestrutura

muitas famílias foram retiradas das áreas mais próximas ao conjunto e ocorreram também os primeiros deslocamentos significativos da população com melhores condições de renda do centro comercial e histórico para a periferia ao norte da cidade. O resultado desse processo coloca em evidência a segregação sócio-espacial fundamentada na existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso à moradia. A segregação, como um processo de dominação e exclusão, sempre impede ou dificulta o acesso dos segregados aos serviços urbanos, benefício direito ou vantagem, seja pública seja privada. As relações de propriedade vão impondo os limites dos usos dos lugares e a morfologia espacial fortemente hierarquizada revela a desigualdade do processo (VILLAÇA, 2003; CARLOS, 2007).

Após a criação do conjunto, a expansão da cidade foi limitada no sentido norte-oeste, devido às condições do terreno onde se encontra o Bairro Iraci até a Fazenda Poranga, onde há uma extensa área de aningal³, e, portanto, limitou a expansão urbana para o oeste, o que levou a expansão da cidade em sentido norte-leste em direção ao lago do Canaçary (ver figura 4).

O aumento populacional (Gráfico 1, p.30), provocado pelo início das atividades madeireiras, resultou na expansão da cidade entre 1970 e 1980; a cidade ampliou-se pela estrada da Cacaia, por meio de ocupações organizadas por população de baixa renda vindas do interior e incentivadas por ações municipais para atrair mão de obra:

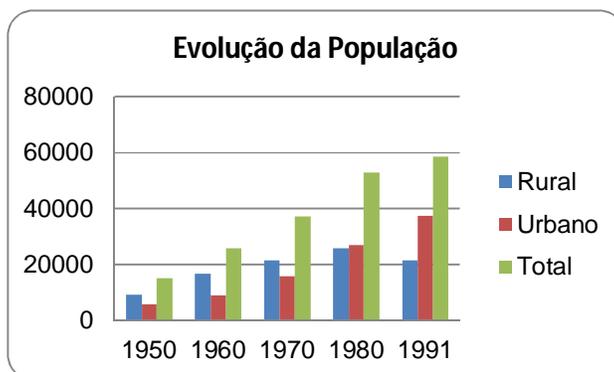
As madeireiras *Gethal* e *Carolina* começaram a funcionar precisando de muitos funcionários e a população motivada pelo estabelecimento das duas indústrias madeireiras e pela política dos prefeitos (Chibly Abraim Lima e Mamoud Amed Filho) de doar lotes de terras e até esteios e madeiras necessárias à armação de suas barracas, vieram para Itacoatiara (SPINOLA, 2001, p.40).

Com o novo dinamismo econômico da cidade entre os anos 1980 a 1990 e com atração populacional gerada pela oferta de trabalho na cidade, que por

³Aningal é a área coberta por aninga (*montrichardia linifera*) da família *araceae* é uma macrófita aquática, planta herbácea que cresce na água, em solos cobertos por água ou em solos saturados com água. Chega a medir entre 4 e 6 metros de altura, com folhas que variam de 45 a 66 centímetros de comprimento e 35 a 63 centímetros de largura. É encontrada nas várzeas amazônicas e em diversos ecossistemas inundáveis como os igapós, margens de rios, furos e igarapés.

sua vez foi incentivada pelo poder público, ocorreu uma inversão na demografia do município (Gráfico 1). Mas o crescimento populacional da cidade não foi acompanhado de políticas públicas habitacionais, o que levou a expansão urbana não planejada em áreas inundáveis às margens dos igarapés de Paramirin, Iraci e Osório.

Gráfico 1- População de Itacoatiara de 1950 a 1991.



Fonte: IBGE (2012).

É importante destacar que os processos migratórios não decorrem apenas de fatores de atração, no caso específico da criação de emprego em Itacoatiara, decorrem, também, de fatores de expulsão como já sinalizado antes como a falta e ou inadequação de políticas públicas para setor primário e as enchentes ocorridas nos anos 1960 e 1970.

Em 1987, foi construído o Conjunto Habitacional Novo Horizonte com 200 unidades financiadas pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas (IPASEA), atendendo somente funcionários públicos e do setor madeireiro (BRAGA, 2011). Esse conjunto foi construído no terreno da antiga Fazenda Iraci (atual bairro Iraci), na divisa com o bairro da Prainha, estabelecendo notável contraste. De um lado, o bairro Iraci (Figura 9), resultado da soma de dois conjuntos habitacionais planejados que dispõem de boa infraestrutura, serviços básicos e equipamentos urbanos. Do outro lado, bairro da Prainha (Figura 10) formado por famílias de baixa renda vindas do interior após enchentes e que, no atual terreno, passaram a ocupar áreas alagadiças às margens dos igarapés. Esse último bairro, hoje, em nada lembra, a não ser no nome, a antiga praia que antes se cristalizava na paisagem urbana. A diferenciação entre essas duas paisagens retrata a hierarquia social

“[...] revelando a realidade imposta pelas formas de acesso à propriedade privada da terra urbana, em uma sociedade profundamente cindida pelas diferenças de renda” (CARLOS, p.36,2007).

Figura 10- bairro Iraci, Itacoatiara-AM.



Foto: Luciana de Oliveira (2012).

Figura 9- bairro Prainha, Itacoatiara-AM.



Foto: Luciana de Oliveira (2012).

Segundo Francisco Gomes (1997), até a construção do Conjunto Novo Horizonte havia planejamento da expansão urbana da cidade. A construção do referido conjunto não obedeceu aos traçados das ruas e avenidas padrões da cidade, o que denota segundo o mesmo autor, o atendimento de interesses especulativos e a falta de planejamento para a expansão da cidade.

No início da década de 1990 as atividades industriais madeireiras, começaram a declinar. Claudemilson Oliveira (2007) destaca os fatores que contribuíram para esse processo: A discussão acerca da Constituição de 1988, que ameaçava a manutenção da SUFRAMA, a recessão da economia brasileira e as mudanças sofridas pela política econômica que permitiram a abertura do mercado nacional à concorrência externa no início da década de 1990. Esses fatores fizeram com que empresas da Ásia, como os grupos WTK, da Malásia, Rimbunam Hijau e Tianjin, da China voltassem-se para outras áreas da região norte. Com isso, ocorreu o fechamento ou venda de algumas empresas que não tinham condições de competir com a nova dinâmica do mercado, foi o caso da Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais S/A e Gethal Amazonas S/A vendidas para a Mil Madeireira (filiada da empresa *Precious Woods*, empresa suíça).

Essas são as verdadeiras questões de fundo para a crise das madeireiras em Itacoatiara, e não apenas as análises simplistas que apontam a crise como resultado das políticas ambientais adotadas a partir do final dos anos 1980. A crise decorre da reestruturação do processo de acumulação mundial do capital, na qual várias empresas do setor madeireiro se reposicionaram no mercado.

No ano de 1997 houve a retomada da economia e uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Itacoatiara e a SUFRAMA que deu origem ao Polo Moveleiro de Itacoatiara, fabricante direto dos móveis, mas que obteve atuação menos significativa se comparado com a dinâmica econômica anterior proporcionada pelas madeireiras.

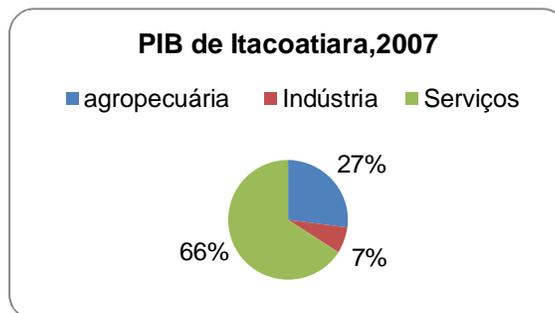
Antes disso, em 1995, a parceria entre o Governo do Estado e o grupo mato-grossense André Maggi ensejou a criação do Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara (TPPMI), tendo o objetivo de reduzir os custos de transporte da soja de Mato Grosso, que até então vinha sendo feito pelos portos de Paranaguá-PR ou Santos-SP (OLIVEIRA, 2007). A soja é transportada da região da Chapada dos Parecis até o Terminal Granelero de Porto Velho-RO e embarcada posteriormente em balsas que fazem o traslado até Itacoatiara pela Hidrovia Madeira/Amazonas.

Para o espaço da cidade de Itacoatiara, esses novos investimentos significaram o acolhimento de outros empreendimentos que vieram somar a estrutura produtiva do TPPMI, tais como: aquisição do prédio para o terminal de fertilizantes anexo ao navio gerador de energia, modernização e ampliação do Estaleiro Hermasa em associação com o Estaleiro Rio Amazonas- ERAM ambos no bairro da Colônia, construção de um conjunto com 30 residências cedidas para funcionários em regime de comodato no bairro de São Cristóvão, construção e contratação de corpo funcional para a escola de fluvíarios e fábrica de leite de soja (vaca mecânica), assim como a modernização e implantação do Museu do Matadouro, sendo os três últimos no bairro de Pedreiras, entre outros investimentos (OLIVEIRA, 2007, p.127).

Após o declínio das atividades madeireiras, um novo setor se destacou na cidade: o setor de serviços (Gráfico 2). Segundo informações do representante do CRECI (Conselho Regional de Corretores de Imóveis) local, a

medida que esse setor de serviços começou a se destacar, ocorreu um aumento pela procura de moradia na cidade, principalmente, pelos funcionários do ramo da saúde e educação, juntamente com os empresários dos frigoríficos que também se instalaram no local (Em Tempo Itacoatiara, 2007).

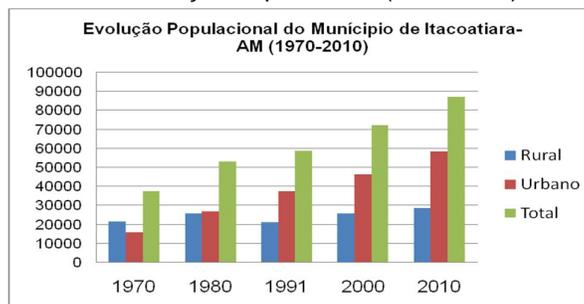
Gráfico 2- PIB de Itacoatiara, 2007.



Fonte: SEPLAN (2010).

Em 2000 a população urbana, segundo o IBGE, correspondia a 64,44% da população total do município e em 2010 correspondia a 66,99% (Gráfico 3). Os dados do IBGE revelam que não houve diminuição da população rural, em virtude do aumento da população urbana do município, o que possibilita intuir que a cidade de Itacoatiara recebe população vinda de municípios vizinhos como Silves, Itapiranga e Urucurituba. A grande maioria desses migrantes buscam, em Itacoatiara, os serviços de saúde e educação (nível superior) como já enfatizado por Marinho e Lima (2010).

Gráfico 3- Evolução Populacional (1970-2010).



Fonte: IBGE, censos de 1970 a 2010.

A dinâmica econômica do município é fundamental para o setor imobiliário em Itacoatiara, pois “tudo depende de como o comércio e a indústria se comportam. Quanto mais lojas e empresas vêm para cidade, mais o setor se aquece” (entrevista de Frace Paiva, representante do CRECI para o Jornal em

Tempo Itacoatiara, 2007). Foi assim no período das intensas atividades madeireiras: “na época da Gethal, vendíamos e alugávamos para os funcionários, de loteamentos a residências, tudo era negociado à vista ou através de financiamento próprio” (Idem). Com a grande procura de imóveis na cidade, muitas famílias moradoras do centro venderam ou alugaram suas casas para as empresas e foram morar em outros bairros onde o custo da propriedade era mais baixo, por exemplo, nos bairros Santo Antônio, São Cristóvão e Tiradentes. Essa ação também fez aumentar o preço dos imóveis e dos terrenos nos melhores locais da cidade, ou seja, nos bairros de Iraci e Centro.

É importante destacar que no período de 1980 a 2006, não foram executadas políticas públicas voltadas para moradias nas cidades do interior, isso aconteceu somente em Manaus. Na capital, o Governo do Estado entregou, em 2003, o primeiro conjunto habitacional que se constituiu o modelo para as políticas habitacionais seguintes - o Conjunto Cidadão. A primeira cidade do interior a receber esse modelo de conjunto foi São Gabriel da Cachoeira, e em 2007, o modelo de intervenção estendeu-se para outras cidades do interior como Itacoatiara (Tabela 4). Portanto, no período de 1980 a 2007 existiram somente dois programas habitacionais em Itacoatiara que foram insuficientes para atender a demanda por moradia, visto que a cidade passava por intensa dinâmica econômica (especialmente entre 1980 a 1990), o que ocasionou crescimento populacional na área urbana do município. As políticas habitacionais de interesse social na cidade só foram retornadas somente no ano de 2007, com o conjunto Cidadão.

Tabela 4- Conjuntos Habitacionais construídos entre 2003 a 2007.

Conjunto	Localidade	Período	Unidades
Cidadão I	Manaus	2003	478
Cidadão II	Manaus	2004	73
Nova Floresta	Manaus	2003	36
Riacho Doce	Manaus	2003	10
Grande Vitória	Manaus	2003	10
Cidadão III	Manaus	2003	403
Vila Nova	Manaus	2004	276
Cidadão IV-João Paulo II	Manaus	2004	1.320
Nova Cidade	Manaus	2003 à 2006	1.080
Cidade São Gabriel	São Gabriel da Cachoeira	2006	145

Cidadão Petrópolis	Manaus	2007	32
Cidadão-Itacoatiara	Itacoatiara	2007	613
Cidadão-Rio Preto	Rio Preto da Eva	2007	117
Cidadão-Manacapuru	Manacapuru	2007	117

Fonte: SUHAB-AM (2012).

Observando a quantidade de unidades construídas em Itacoatiara de 1969 a 2013, percebe-se que as políticas adotadas em 2007, o Conjunto Cidadão ou o Residencial Poranga, em 2013, representaram mais unidades habitacionais do que no período do BNH, conforme a tabela a seguir.

Tabela 5- Políticas Públicas de Habitação em Itacoatiara (1970 a 2013).

Conjunto	Unidades	Anos
Conjunto Residencial Iraci	150	1970
Conjunto Residencial Novo Horizonte	200	1980
Conjunto habitacional Cidadão Itacoatiara	613	2007
Conjunto Residencial Poranga	500	2012

Fonte: SUHAB (2012).

O Conjunto Habitacional Cidadão Itacoatiara entregue em março de 2007, foi construído por meio da ação conjunta dos governos estadual e municipal. O projeto inicial previa 1.000 unidades habitacionais, mas foram construídas 613 unidades, isso porque os lotes desapropriados (antes pertencentes a Moisés Israel Benarrós) pela Prefeitura de Itacoatiara e repassados a SUHAB eram insuficientes para a construção das outras unidades, que seriam construídas em outra etapa do projeto. Porém, até o fechamento da pesquisa em junho de 2013, isso não ocorreu. Resultados como esses também podem ser verificados em outros programas habitacionais do governo, onde o número de unidades construídas é inferior ao previsto nos projetos iniciais.

Para este programa foram inscritas 4 mil famílias, acompanhadas, segundo informações obtidas na SUHAB, por assistentes sociais, que visitaram as casas dos inscritos para preencher o relatório socioeconômico e analisar a necessidade de moradia dos inscritos. Cada unidade possuía um custo de 15 mil reais e foram distribuídas por meio de sorteios. As famílias contempladas assinaram um contrato de cessão de uso sem ônus e, embora tenha sido realizado sorteio, ainda foram denunciadas fraudes na concessão das casas: pessoas que já tinham moradia receberam casa no conjunto; políticos e

familiares de políticos também foram contemplados, deixando de fora aqueles que realmente necessitavam de moradia (pesquisa de campo, fev. 2012).

Uma prática comum dos programas habitacionais construídos pelo governo nos moldes do “Conjunto Cidadão” (Figura 11) é o desmatamento total nas áreas onde serão edificados os conjuntos e quando prontos, visualiza-se na paisagem as unidades habitacionais sem arborização, as ruas sem asfaltamentos, ou quando isso ocorre é feito com asfalto de má qualidade. O abastecimento de água no Conjunto Cidadão Itacoatiara é precário e apesar de ser “planejado” não foi implantado com infraestrutura adequada (Figura 12). Quadro rotineiro nas cidades onde o planejamento urbano e as políticas públicas habitacionais, quase sempre, andam em caminhos opostos:

Tanto as autoridades governamentais ligadas à política de habitação quanto os representantes do capital imobiliário referem-se frequentemente à questão da habitação em termos numéricos de *déficits* ou projeções de unidades isoladas a serem construídas. Essa forma simplista de tratar o tema ignora que a habitação urbana vai além dos números e das unidades. Ela deve estar conectada às redes de infra-estrutura (água, esgoto, energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação) e ter o apoio dos serviços urbanos(transporte coletivo, coleta de lixo, educação, saúde, abastecimento, etc) (MARICATO, p.42/43,1997).

Figura 11- conjunto Habitacional Cidadão Manaus.



Fonte: Informativo, SUHAB, Nov.2006.

Figura 12- Moradores reivindicando o abastecimento de água.



Fonte: Frank Chaves (2011).

Em novembro de 2012 foi entregue a primeira etapa do Parque Residencial Poranga (Figura 9) com 500 unidades habitacionais (o projeto original de 1.000 unidades) inseridas no Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, aprovado por meio da Medida Provisória n. 459, 25/03/2009.

Figura 13-Parque Residencial Poranga.



Foto: Luciana de Oliveira (2012).

As casas são geminadas e possuem 36m² com 2 quartos, banheiro, sala, cozinha e área de serviço externa a casa. O Parque Residencial, possui, inserido em seu projeto inicial, posto policial, centro social, posto de saúde e escolas; objetivando ser um novo bairro em Itacoatiara com equipamentos e serviços urbanos. Todavia, até a entrega das unidades ainda não foram construídos os equipamentos citados, cabendo à Prefeitura de Itacoatiara consolidar o referido projeto.

O Parque Residencial possui duas estações de tratamento de esgoto, no entanto, em Itacoatiara, não existem empresas especializadas para limpeza e manutenção das estações, o que impossibilita a sua utilização e, conseqüentemente, resulta no envio dos esgotos domésticos das 500 unidades habitacionais para rio próximo ao residencial. Além disso, os esgotos estão obstruídos, gerando um forte odor nos encanamentos, que se alastram para dentro das residências. Outros problemas aparecem nos pisos: em algumas ruas os asfaltamentos são inadequados, já em outras, inexistentes. Devido ao barateamento da obra foram utilizados materiais de qualidade duvidosa e que já começaram a apresentar defeitos e desgastes (Figuras 14, 15 e 16). Essa situação já foi denunciada em audiência pelo deputado Cabo Maciel, na ALEAM, no dia 02 de abril de 2013, sobretudo, às condições do sistema de

esgoto e a poluição do igarapé da Poranga.

Figura 14- casa com piso danificado.



Fonte: Frank Chaves (2012).

Figura 15- Esgoto obstruído.



Fonte: Frank Chaves (2012).

Figura 16- Residencial Poranga.



Fonte: Canal Itacoatiara (2013).

Embora a construção do residencial visasse atender às famílias de baixa renda, surgiram dificuldades de inseri-las no programa, devido às condições impostas pelo Financiador (Caixa Econômica Federal). A maioria dos inscritos são moradores das áreas de risco, ocupações coletivas e loteamentos periféricos.

Observa-se que as políticas habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida repetem os erros das políticas habitacionais do BNH, que foram incapazes de atender à população de baixa renda, principal objetivo das políticas públicas. O problema não é somente a falta de moradia para todos os segmentos sociais mas também, os problemas que os projetos implantados atualmente, do mesmo modo do BNH, trazem para as cidades. Como vetores de expansão, os conjuntos habitacionais também são geradores de problemas urbanos, visto que as políticas públicas habitacionais não são completas, pois não há política de mobilidade urbana, e como vimos o sistema de esgoto é

precário. A opção de conjuntos nas periferias das cidades, como é o caso de Itacoatiara, leva à criação de bairros sem infraestrutura, já que não se construíram escola, posto médico e posto policial, além do impacto no meio ambiente. Por isso, é possível afirmar que, assim como os conjuntos construídos pelo BNH, as políticas públicas de habitação atuais não tem preocupação com a inserção urbana e com o meio físico.

É preciso assinalar que apesar dos problemas é possível identificar avanços na nova política habitacional e urbana, iniciada em 2003, com a criação do Ministério das Cidades, que passa a ser o órgão responsável pela política de desenvolvimento urbano e, dentro dela, pela política de habitação. Contudo:

Apesar do avanço que representou a criação do Ministério, é necessário ressaltar que uma das suas debilidades é sua fraqueza institucional, uma vez que a Caixa Econômica Federal, agente operador e principal agente financeiro dos recursos do FGTS, é subordinada ao Ministério da Fazenda. Em tese, o Ministério das Cidades é o responsável pela gestão da política habitacional, mas, na prática, a enorme capilaridade e poder da Caixa, presente em todos os municípios do país, acaba fazendo que a decisão sobre a aprovação dos pedidos de financiamentos e acompanhamento seja sua responsabilidade (BONDUKI, 2009).

Como já mencionado, foi o que ocorreu com o Parque Residencial Poranga, que representou obstáculo à Secretaria de Serviço Social do município para satisfazer às exigências da Caixa Econômica Federal. Outro ponto de destaque é a maior autonomia ao estado e municípios, assegurados pela constituição de 1988; um ponto, quando explorado de forma eficaz, torna-se positivo para os municípios em suas políticas habitacionais, diferente do que ocorreu durante o BNH, onde o modelo institucional adotado se constituía com um forte grau de centralização e uniformização das políticas habitacionais no território nacional.

No Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, por exemplo, o Governo Federal atuou em parceria com a Prefeitura do Município de Itacoatiara, que ficou responsável por construir para além das unidades habitacionais escolas, creches, unidades de saúde e policiamento, como já citado; no entanto, as unidades foram entregues e o município não iniciou as

obras de tais serviços.

A análise do papel dos municípios na promoção do desenvolvimento, aponta para o crescimento de suas responsabilidades em relação às iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida, e à busca de soluções dos problemas urbanos e da gestão local.

Neste sentido, o papel municipal para o desenvolvimento urbano concernente ao Programa Minha Casa Minha Vida, no que diz respeito às políticas nacionais para financiar habitação, encontram a limitação na capacidade administrativa e de gestão dos municípios, que correm o risco de não utilizar os recursos adequadamente e os conjuntos habitacionais não serem consolidados como estabelecido no projeto executivo.

1.2 A Espacialização do Ser: Quando a Habitação é Popular

É importante delimitar a questão de ordem conceitual e metodológica do uso da palavra habitação e suas derivações. Essa postura surgiu diante da gama de trabalhos realizados sobre a habitação da população de baixa renda, em sua forma geral, pois ela assume diferentes formas, nos quais recebe as seguintes definições: assentamentos urbanos, assentamentos precários, assentamentos clandestinos, dentre outros (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009; PEREIRA, 2005; BONDUKI, 2010; MARICATO 2003).

Em primeiro lugar, nesta dissertação não utilizaremos o termo “assentamento”. A palavra assentamento denota ideia de imobilidade, fixação dos objetos, como se as relações sociais terminassem e fossem congeladas ao “assentar-se”. Para além da produção dos objetos no espaço, é importante a análise do conteúdo das relações que os constituem enquanto tal e sua continuidade. Portanto, o termo “assentamento” retira o sentido da continuidade da produção e reprodução, da dialética entre o espaço e a sociedade e isola este espaço dos demais espaços da cidade (CORREA, 2007) deixando, assim, de considerar o desenrolar da vida em suas multiplicidades. Neste sentido, consideramos que o espaço da habitação não pode ser reduzido a quatro paredes:

Pois o sentido do habitar é muito mais amplo, envolvendo vários níveis e planos espaciais de apropriação. A partir da sua casa e para manutenção de sua vida, o cidadão usa outros

lugares que a complementam, como a rua, os parques, as praças, os lugares de trabalho, os lugares de lazer (CARLOS, 2007, p. 35).

Uma evidencia desta afirmação é a luta que os movimentos sociais enfrentam para permanecerem nas áreas de favelas desde a década de 1970, ano em que teve início o processo contra remoção e que hoje faz parte, de maneira mais continua, das intervenções públicas como prática do urbanismo das favelas.

Portanto, o habitar não pode ser restringido à unidade habitacional, ao habitat, mas o espaço da habitação é o ponto de partida para a articulação entre os lugares nos vários momentos da vida cotidiana, sobretudo nos bairros em que predomina a população de baixa renda, onde a rua é extensão da casa. É na rua o lugar do lazer, do convívio social expresso na conversa com os vizinhos, no futebol de rua. Essa é a chamada articulação casa/rua/bairro (CARLOS, 2007). Situação bem diferente temos nos bairros da classe média e alta, onde os muros predominam. Neles a casa passa a ser o lugar de descanso, enquanto os clubes e *shoppings centers* são a extensão do habitar e do habitat.

Em segundo lugar, não utilizaremos os termos “precário” e “subnormal”, como parte do conceito, pelo mesmo motivo que reorientou mudanças nas políticas habitacionais:

A ideia de subnormal dizia respeito ao fato de as moradias estarem abaixo de um padrão ‘normal’ ou aceitável de habitabilidade. No entanto, as conotações negativas e preconceituosas eventualmente atribuídas ao termo têm levado os formuladores de políticas e os movimentos sociais a rejeitar o seu uso. (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009).

O cuidado com o emprego das palavras é enfatizado por Marcelo Lopes de Souza:

Quantos de nós refletimos sistematicamente não apenas sobre o que estamos dizendo ou querendo dizer quando falamos ou escrevemos [...] mas sobre os significados sociopolíticos diferentes, às vezes até antagônicos, dos termos usados no cotidiano das aulas, das pesquisas, dos congressos e dos planos - termos esses que, uma vez ‘elevados’ à categoria de

técnicos (por meio de conceituações não raro precárias), parecem tornar-se ferramentas neutras? (SOUZA, 2011, p.147).

Nessa direção, refletimos sobre as categorias utilizadas nesta pesquisa, principalmente, em se tratando de estudo que analisa as políticas públicas habitacionais onde as definições e categorias, as palavras, definem e selecionam o campo onde elas irão atuar.

Em terceiro lugar, analisemos o seguinte trecho sobre a conceituação de assentamento precário, termo utilizado pelas políticas públicas:

[...] Para fazer referência, principalmente, às situações das áreas ocupadas irregularmente, ou seja, do ponto de vista jurídico, seja do ponto de vista urbanístico, e que apresentem deficiências de infraestrutura e de acessibilidade [...] Enquadrando o conceito de 'precariedade' dentro da formulação das necessidades habitacionais proposta pela fundação João Pinheiro, poderíamos dizer que se trata de uma situação caracterizada fundamentalmente pela inadequação das moradias, em termos fundiários e de infraestrutura (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2008, p.93).

No trecho acima a palavra precariedade é utilizada para fazer referência às questões jurídicas e urbanísticas da habitação, ou seja, a junção de irregularidade e ilegalidade. No primeiro caso, as que foram produzidas sem seguir as normas urbanísticas e no segundo caso, são consideradas ilegais por que além de não seguir as normas urbanísticas não possuem a documentação da propriedade (SOUZA, 2008). Casos como esses é que acabam direcionando as intervenções, muitas vezes, a resolver essas questões sem observar e considerar as relações sociais produzidas e reproduzidas no espaço da habitação, sobretudo, ao se falar da habitação da população de baixa renda, onde a casa, a rua e o bairro possuem relações de vivências que vão além da adequação urbanística.

De sua parte, ao planejarem intervenções no espaço, os planejadores profissionais frequentemente agem como se não tomassem conhecimento do fato de que não estão planejando somente a organização espacial (como se esta resumisse a uma relação entre coisas), mas também, e, sobretudo, relações e práticas sociais, o que exigiria que levassem em conta muito mais profundamente os homens e mulheres concretos, suas

expectativas, seus valores, seus temores (SOUZA, 2011, p.149).

Neste contexto, utilizaremos o termo habitação popular para tratar das alternativas habitacionais encontradas pela população de baixa renda para suprir a sua necessidade de moradia, visando compreender a relação de habitar. Portanto, as políticas públicas habitacionais não serão denominadas de habitação popular, porque dificilmente abarcam a população de baixa renda como enfatiza Flávio Villaça: “[...] há que se considerar que a expressão ‘interesse social’ é um eufemismo utilizado pelo BNH e que de maneira nenhuma deve ser entendido como significando habitação para camadas de mais baixa renda” (VILLAÇA, 1986, p. 34). Objetiva-se, desse modo, compreender a produção do espaço urbano no contexto da habitação e como ele é continuamente reproduzido. Sabendo das várias modalidades de habitação popular, no capítulo seguinte serão conceituadas as alternativas habitacionais encontradas em Itacoatiara, no período de 2000 a 2003, de acordo com o seu processo de produção.

CAPÍTULO 2

HABITAÇÃO POPULAR EM ITACOATIARA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Figura 17- Início da Ocupação dos terrenos em Itacoatiara.



Fonte: Claudemilson de Oliveira, 2003.

2.1 As formas de habitação popular e a produção do espaço urbano de Itacoatiara

A habitação, independentemente de qual seja a sociedade, o tempo e as condições financeiras, é uma necessidade de todo ser humano que deve ser saciada, porém a cada nova unidade habitacional construída, um novo pedaço da cidade será apropriado, devendo ter qualidades que irão variar de acordo com a localização e agregar valores que vão além da unidade habitacional em si.

No capitalismo, a produção expande-se espacial e socialmente (no sentido que penetra toda sociedade), incorporando todas atividades do homem e redefinindo-se sob a lógica do processo do capital - o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca. A produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria (CARLOS, 2011, p. 60).

Além disso, a habitação é “[...] uma mercadoria especial, que tem produção e distribuição complexa” (MARICATO, 1997, p. 46). Flávio Villaça (1986) aponta a vinculação da habitação ao solo, e as dificuldades que sua amarração espacial apresenta para a produção, circulação e consumo, obstáculos para o modo capitalista. O mesmo autor destaca ainda que a propriedade privada da terra onera substancialmente o preço do produto habitação. O seu preço é maior quando comparado ao poder aquisitivo do salário mínimo, agravada quando se trata de habitação oriunda de políticas públicas que embora subsidiada, quase sempre necessita de muitos anos para obter o imóvel por meio de financiamento, caracterizando-se como uma mercadoria que precisa de longo período para quitação em decorrência do pagamento de várias taxas e juros (MARICATO, 1997). Somando a estes fatores:

A demanda de solo urbano para fins de habitação, também distingue vantagens locacionais, determinadas principalmente pelo maior ou menor acesso a serviços urbanos, tais como transportes, serviços de água e esgoto, escolas, comércio, telefone, etc., pelo prestígio social da vizinhança. Este último fator decorre da tendência dos grupos mais ricos de si segregarem do resto da sociedade e da aspiração dos membros da classe média de ascender socialmente (SINGER, 1982, p. 27).

A terra urbana e habitação são almeçadas pela sociedade em geral e como a sua oferta à população de baixa renda é insuficiente, a promoção

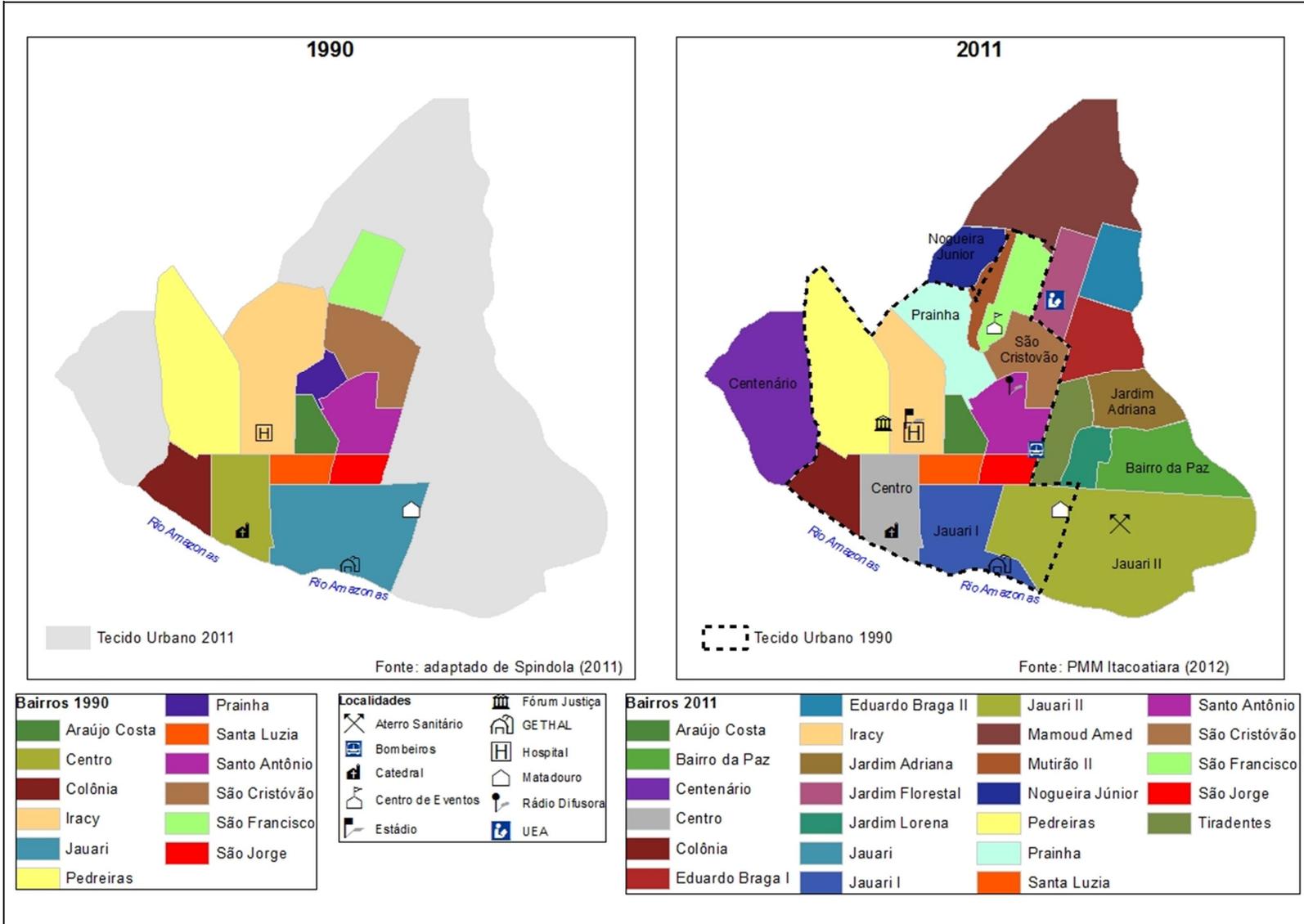
privada e até mesmo pública regular está voltada, quase que exclusivamente, para as demandas solventes. Sem acesso às políticas públicas de moradia, a habitação popular passa a ser alternativa habitacional para a população de baixa renda, realizada inteiramente (ou quase inteiramente) fora das normas legais, das questões jurídicas e urbanísticas que regem o uso e ocupação do solo urbano:

Nessa direção, a contradição fundante da produção espacial (produção social, apropriação privada) desdobra-se na contradição entre a produção de um espaço orientado pelas necessidades econômicas e políticas (em alianças possíveis), e a reprodução do espaço como condição, meio e produto da reprodução da vida. No primeiro caso, a produção do espaço se orienta pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento. No segundo caso, a reprodução da vida prática se realiza na relação contraditória entre o uso dos lugares da realização da vida e os lugares produzidos como valor de troca; contradição esta que está na base dos conflitos em torno da reprodução do espaço (CARLOS, 2011, p. 65).

Portanto, o processo em que o espaço é produzido enquanto valor de troca delimita os espaços de interesse para apropriação. Neste contexto, a terra urbana e a habitação são objetos de interesses entre aqueles que necessitam de uma moradia para sua reprodução, e aqueles que lucram com sua provisão, gerando conflitos e limites para reprodução social. Nesta disputa resta para a maioria da população das cidades o deslocamento para as áreas periféricas.

A cidade de Itacoatiara não foge a esta realidade, visto que até 1990 a possuía 12 bairros (figura 18) e atualmente (2013) possui 24 que, em sua maioria, são resultados das estratégias realizadas pela população de baixa renda para a produção de habitação popular, ocorridas entre os anos de 2000 a 2003.

Figura 18- Expansão urbana de Itacoatiara 1990-2011.



Organização: Rogério Marinho (2013).

Como já mencionado no capítulo 1, as políticas públicas habitacionais quando atuam sobre a habitação popular consolidada, identificam-nas sobre os seus aspectos de “ilegalidade” e “irregularidade”. Dentro deste contexto, o primeiro critério a ser observado quanto à legalidade é a questão da propriedade privada da terra urbana, seja por aquisição direta, por contrato legal de permissão de uso, cessão, aluguel, e outros. O segundo critério refere-se à questão normativa urbanística no sentido de uma adequação para o bem estar coletivo e a qualidade ambiental, pressuposto de garantia das condições mínimas de habitabilidade (SOUZA, 2008).

A informalidade da habitação é encontrada na paisagem urbana, onde casas estão “coladas” uma às outras, totalmente sem ventilação, o muro do vizinho serve para completar a parede de outra casa; isso ocorre as margens das normas urbanísticas e de edificações estabelecidas pelos códigos e leis e, portanto, não estão de acordo com as normas legais para construção.

Em Itacoatiara foi observado em algumas áreas da pesquisa uma paisagem diferente, como por exemplo, o fato da maioria das casas está construída em terreno amplo e delimitado; as casas não são geminadas (coladas), os quintais são amplos, as ruas bem definidas, contrariando a ideia de aglomerados de casas sem delimitações, como ocorrem nas grandes cidades brasileiras e que são o foco das intervenções públicas em áreas de habitação popular consolidadas (Figura 19).

Figura 19-Rua no bairro Mamoud Amed.



Foto: Luciana de Oliveira (2013).

As políticas públicas atuam no universo reduzido da questão, tendo em vista a relação quase inexorável da ilegalidade com a pobreza urbana, deixando de fora a ilegalidade das camadas médias e altas (SOUZA, 2008). Mas, a realidade urbana é complexa: além dos bairros periféricos onde a irregularidade é visível pela informalidade das construções e pelos traçados das ruas e divisão dos lotes; há imóveis localizados em áreas nobres da cidade, que também apresentam irregularidades, mas passam despercebidas. Um fato comum é quando um proprietário de imóvel realiza um acréscimo ou supressão de área em relação à planta original sem solicitar um alvará de aprovação de reforma junto à Prefeitura, mediante a apresentação de um projeto que observasse as regras relativas ao respectivo zoneamento de cada cidade. Portanto, a definição de loteamentos irregulares é muito ampla e difusa, e como tal há muitas irregularidades nas cidades, não apenas em Itacoatiara, mas no resto das outras cidades do Amazonas, inclusive na capital, Manaus. Em algumas cidades brasileiras como Curitiba⁴ e Manaus, as respectivas prefeituras utilizam imagem de satélite para identificar alterações nos imóveis com intuito de aumentar o reajuste do Imposto Predial Territorial Urbana (IPTU).

Neste contexto, nomeamos os loteamentos encontrados em Itacoatiara de loteamentos periféricos, por constituírem a forma mais acessível à moradia, porém em áreas distantes e desprovidas de serviços e equipamentos urbanos. As áreas loteadas pertenciam ao senhor Moysés Benarrós Israel que possui forte relação com Itacoatiara e com o Estado do Amazonas, fruto de sua participação em questões econômicas, sociais e culturais, atuando em vários casos como mecenas. Em Itacoatiara, teve participação importante no setor madeireiro, na década de 1990 quando iniciou atividades no ramo imobiliário e formou a empresa Florestal Norte. Proprietário de muitos e extensos lotes no município, vendeu alguns a baixo preço para projetos de desenvolvimento da cidade. Em 1997, participou da construção do Polo Moveleiro de Itacoatiara, além de doar lotes para construção de unidades da Universidade do Estado do Amazonas, Universidade federal do Amazonas e Centro Tecnológico do Amazonas. Suas ações estão registradas, em parte, no livro *Moysés Israel - A*

⁴ <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteúdo.phtml?id=1060341&tit=Curitiba-usa-fotos-de-satelite-para=flagrar-puxadinhos>.

Força Motriz. Os loteamentos por ele realizados e estudados durante a pesquisa, e, segundo informações da Secretaria de Terras do Município de Itacoatiara, foram loteados seguindo as exigências feitas pela Prefeitura do município, tais como dimensão dos lotes e arruamento. Porém, as ruas não foram asfaltadas, posto que era de responsabilidade da Prefeitura. Apesar do loteamento estar legalizado, segundo os critérios estabelecidos pela Prefeitura do município, muitos lotes foram ocupados segundo os interesses de políticos que incentivaram e lideraram as ocupações em vários lotes, como veremos ao longo deste trabalho.

Todos os loteamentos realizados em Itacoatiara pela empresa Florestal Norte tiveram o conhecimento da Prefeitura da cidade, portanto não cabe a utilização da denominação de loteamento clandestino. Aliás, alguns autores enfatizam que ao longo da história das cidades brasileiras, não cabe a utilização de tal denominação (MARICATO, 2003). Eles foram e são tolerados pelo estado brasileiro quando é conveniente, visando atender a demanda reprimida da população que “não teve acesso ao mercado imobiliário privado e nem foi atendida pelas políticas públicas de habitação” (MARICATO, 2003, p.157). Portanto:

Esses loteamentos impropriamente chamados de 'clandestinos' sempre foram feitos com o conhecimento da população, da mídia e das autoridades. Estas adotaram uma atitude de permissividade em vez de tentar aplicar a lei fundada em normas totalmente inadaptadas às realidades sociais e econômicas (SANCHES, 1999, p.72).

A maior tolerância e permissividade em relação à aplicabilidade das leis do uso e ocupação da terra urbana é das prefeituras, para as quais as leis são instrumentos para gestão urbana, competência esta outorgada pela Constituição de 1988.

As divergências que permeiam a questão da habitação acabam por fornecer uma base para exclusão da maior parte da população urbana. “A maioria da população brasileira, não tem condições econômicas de morar em casas de acordo com os códigos. Portanto, em nada é beneficiada por eles. Em todos os municípios brasileiros que têm códigos de obras e de loteamentos, estes colocam fora da lei a maioria das famílias e suas casas” (VILLAÇA, 1986, p. 45) às vezes por falta de informação e o medo da penalidade, os quais influenciam a população a não buscar regularização de

sua casa, como o exemplo do estudo realizado por Boaventura de Sousa Santos (1993) em uma favela do Rio de Janeiro que recebeu o nome fictício de Pasárgada. Ali foi averiguado que o medo do despejo ou da contestação da condição de ilegalidade na ocupação da terra foi o motivo (ou um dos motivos) para que os moradores nunca procurassem a justiça.

Desse modo, a lei acaba servindo como recurso para manutenção e segmentação das desigualdades sociais o que, por conseguinte, resulta na segregação sócio-espacial. Não se trata, entretanto, de estarmos defendendo a eliminação dos Códigos Urbanísticos, mas a questão central está na sua inadequação e inaplicabilidade.

Com a proposta de uma nova legislação urbana foi criado o Estatuto da Cidade, aprovado pela lei nº 10.257 para normatizar instrumentos de controle do uso e ocupação do solo e de regularização fundiária. Porém, sua ligação ao Plano Diretor acaba por limitar as razões de sua criação:

O Estatuto da Cidade estabelece que o Plano Diretor é o instrumento para regulamentar como função social a terra deve ser cumprida em cada cidade. O Plano Diretor, por exemplo, deve estabelecer mecanismos para ampliar a oferta de terra urbanizada, inibir a retenção de solo urbano, incidir sobre a formação do preço da terra e reservar áreas para habitação social (MARICATO, 2003, p.140).

Observa-se o papel do Plano Diretor para definições das Zonas Especiais de Interesse Social e das Zonas Especiais de Proteção Ambiental, em Itacoatiara sendo negligenciados, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida, que trouxe grande impacto ambiental para as áreas próximas ao residencial como foi demonstrado no capítulo 1 e que é distante da zona urbanizada da cidade. Além disso, o Plano Diretor de Itacoatiara, de 2003, aponta a remoção das ocupações em áreas de risco ou correção dos fatores de degradação do meio ambiente, o que não ocorreu ainda no bairro Jauary um dos bairros mais antigos da cidade e com sérios problemas sociais e ambientais na sua ocupação (Figura 20).

Figura 20- Bairro Jauary 1.



Foto: Luciana de Oliveira (2013).

Portanto, com exceção dos instrumentos de regularização fundiária, os demais, que dizem respeito, por exemplo, ao direito à habitação, ficam dependentes de formulação contida no Plano Diretor de cada cidade. Porém:

De acordo com os relatórios estaduais analisados, de maneira geral, os planos diretores pós-Estatuto da Cidade pouco ou nada avançaram na promoção do acesso à terra urbanizada. Embora a grande maioria dos planos tenha incorporado os princípios e diretrizes do Estatuto- o que, certamente, não é um fato insignificante-, raramente essas orientações se refletiram nos zoneamentos, nos parâmetros urbanísticos definidos, na regulamentação dos instrumentos de política fundiária ou na definição de políticas e medidas voltadas para promover a democratização do acesso a terra urbanizada e bem localizada. Como destaca o relatório do Pará 'a função social da propriedade é um princípio de adoção generalizada, mas os planos não avançam no sentido de conferir precisão ao conceito, nem de instituir disposições que propiciem sua concretização'(OLIVEIRA; BIASOTTO, 2011, p. 95).

Verifica-se que há um longo caminho a ser trilhado entre os anseios do Estatuto da Cidade e sua prática efetiva, que é realizada por meio do Plano Diretor, ou melhor, há uma barreira a ser derrubada entre os ideais políticos e

econômicos de interesses sob o Plano Diretor. Deve-se considerar também a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico para análise espacial da cidade, que se concretize no espaço urbano, para que os conceitos embutidos nos planos diretores sejam materializados em ações que ultrapassem a superficialidade do espaço urbano visto como mercadoria e assim efetive a razão de existência do Estatuto da Cidade.

Diante do preço da terra urbana os loteamentos periféricos são, para aqueles que almejam a casa própria, a opção mais acessível. Nabil Bonduki (2004) afirma que este processo é relacionado ao trinômio: loteamento periférico, casa própria e autoconstrução. Dependendo do lugar, algumas características mudam, mas a maioria possui as seguintes características:

[...] edificados sob gerência direta de seu proprietário e morador, este adquire ou ocupa o terreno, traça sem apoio técnico, um esquema de construção, viabiliza a obtenção dos materiais, agencia a mão de obra, gratuita e/ou remunerada informalmente, e em seguida ergue a casa (BONDUKI, 2004, p. 281).

A construção da casa própria na periferia, assim como em muitas outras partes da cidade acontece sem apoio técnico e planejamento conforme as normas urbanísticas. Mas, na periferia o processo de construção é mais lento. Os chamados “puxadinhos” são formas que marcam a paisagem da periferia. A cada mês ou até mesmo anos, a construção é realizada: de um lado a parede levantada de tijolos, de outro a parede de madeira (improvisada) aguardando a vez e a cada construção ou reconstrução as famílias vão se reorganizando e os cômodos vão ampliando sua função; a cozinha torna-se cozinha e quarto, enquanto o quarto é construído e o processo é reversado até que tudo (ou quase tudo) esteja terminado. É possível observar esse processo de autoconstrução no bairro de Itacoatiara, como por exemplo, aqueles que foram originados de loteamentos.

Lima (1980), a respeito das etapas de construção, ressalta o processo de deterioração da casa autoconstruída, o que foi possível observar também em Itacoatiara. A precariedade do material utilizado, muitas vezes improvisado, a construção feita sem os conhecimentos sobre as técnicas e ferramentas da construção civil, a descontinuidade do processo de construção, acabam por

necessitar de constantes restaurações, o que gera um processo contínuo de autoconstrução.

Outra forma de habitação encontrada em Itacoatiara e que gera muitos conflitos entre os sujeitos envolvidos na produção do espaço urbano e está no núcleo das questões fundamentais para o surgimento do problema da habitação sob o capitalismo, a terra e sua propriedade privada, é a ocupação urbana. Nesta modalidade de habitação popular, aqueles que a produzem não são proprietários da terra, e sua construção é feita com a utilização de materiais impróprios para a construção das casas, como fazem nos loteamentos periféricos. Este tipo de habitação popular recebe várias denominações. Aqui, optamos por uma denominação que foi construída a partir de comparações e reflexões sobre esse tipo de habitação e considerando o seu processo de produção.

Essas habitações populares deram origem a cinco bairros em Itacoatiara, e, com isso contribuíram para o crescimento urbano da cidade. São eles: Da Paz, Nogueira Júnior, Eduardo Braga I, Eduardo Braga II e Mamoud Amed. Estes bairros são resultado de ocupações de loteamentos que ocorreram na cidade, a partir do ano de 2003, nas propriedades de Moisés Benarrós Israel. Portanto, a base dessa modalidade de habitação popular é, como já mencionado, a não propriedade da terra urbana:

Assim, o acesso ao espaço na cidade está preso e submetido ao mercado no qual a propriedade privada do solo urbano aparece como condição do desenvolvimento do capitalismo. A existência da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade, bem como a profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano, fato que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade privada do solo urbano (CARLOS, 2007, p. 27).

A produção do espaço urbano por ser desigual leva ao surgimento de várias modalidades de habitação; cada grupo social, cada família e indivíduo buscam alternativas para suprir à necessidade de moradia e essas modalidades variam de condomínios de luxo à barracos sob um viaduto. É

nesse contexto, que surgem as várias modalidades de habitação popular, pela desigualdade do acesso a terra para morar, no caso da cidade, limitada pela propriedade privada da terra. Em Itacoatiara encontramos os bairros anteriormente citados, resultante dessa busca desigual pela reprodução da vida no espaço urbano, gerando lutas e conflitos, que nesta perspectiva, é produto, condição e meio para reprodução social.

E para denominarmos este tipo de habitação popular, buscamos conhecer o seu processo de formação. Alguns autores utilizam a denominação de ocupação espontânea; neste trabalho optou-se por não utilizar esta denominação, visto que a mesma não ocorre de um impulso natural, mas no contexto social, tendo em vista que o espaço urbano não é produzido pelo acaso.

Outra denominação que também não se utiliza neste trabalho é a de invasão, em decorrência do seu caráter polêmico e discriminatório, além de se basear mais nas questões jurídicas da propriedade da terra e desconsiderar os processos sociais da questão da habitação. Os moradores são vistos como invasores e marginais, e aquele fragmento do espaço urbano torna-se lugar de excluídos e marginalizados; assim vistos por parcela significativa dos demais produtores da cidade. Não se quer reforçar este estigma, tampouco defender a ocupação de terras sem sua posse, mas trata-se de compreender o processo de (re) produção da vida no espaço desigual da cidade⁵.

No processo de ocupações estudado na cidade de Itacoatiara, nos bairros da Paz, Nogueira Júnior, Eduardo Braga I, Eduardo Braga II e Mamoud Amed participaram 3 mil pessoas lideradas, principalmente, pelo ex- vereador Nogueira Júnior, representante do Movimento dos Sem Terra. Os líderes do movimento conseguiram agrupar grande quantidade de pessoas para participar do processo de ocupação tanto da zona urbana como da zona rural. Havia reuniões constantes com os participantes do movimento social para organização da ocupação e em um mês todas as cinco áreas foram ocupadas (Figura 21).

⁵ Este tema é analisado no capítulo 3.

Figura 21-Início da Ocupação.



Fonte: Claudemilson de Oliveira (2003).

Também não se utiliza o termo favela para designar a habitação popular encontrada em Itacoatiara. A favela no Brasil surgiu de maneira diferente em relação a outros países onde foi consequência de uma ocupação coletiva e organizada, diferente da forma lenta e individual que ocorreu no nosso país. Somente no fim da década de 1970 que se iniciaram ocupações organizadas, denominadas de favelas (JACOBI, 1982; RODRIGUES, 1988). Vejamos a argumentação de Arlete Rodrigues (1988):

Entendo a favela como espaço produzido e parte integrante da vida urbana e da realidade brasileira. Diferencio favela de ocupação coletiva, porque em geral na favela a ocupação é individual e cotidiana, e as ocupações coletivas ocorrem num curto período de tempo e são previamente definidas em grupo (RODRIGUES, 1988, p.170).

Portanto, não cabe a utilização do termo favela e sua aplicação na atual realidade brasileira, especificamente pelo processo de produção das ocupações realizadas em Itacoatiara (organizada e em um curto período de tempo) e que serão denominadas de ocupações coletivas. Além disso,

'favela' é um desses termos que parecem já ter adquirido feições de vocábulo 'naturalizado', mas que costumam carregar um conteúdo pejorativo que não escapa à percepção daqueles que sofrem com valorações negativas por trazerem a marca de *estigma sócio-espacial* [no caso, os 'favelados'] (SOUZA, 2011, p.151).

Favela é utilizada, nas políticas públicas habitacionais, para denominar uma tipologia de assentamento precário:

O processo de ocupação espontâneo geralmente define o caráter irregular e a exiguidade do sistema viário, bem como os 'lotes', distinguindo as favelas dos demais assentamentos urbanos em função de apresentarem morfologia específica, constituída por espaços construídos quase contínuos, formados por unidades residenciais justapostas e conectadas a estreitas vielas de pedestres (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009, p.109).

Ao se pensar na paisagem das favelas, a imagem que surge é de aglomerados de casas em morros, sem nenhuma ou pouca divisão dos terrenos, típica paisagem das grandes cidades brasileiras, sobretudo, no Sudeste do Brasil. Tal imagem não representa a realidade das ocupações em Itacoatiara, isso porque elas ocorreram em áreas que estavam sendo preparadas para venda em lotes que até já haviam sido demarcados, assim como o sistema viário. Após a ocupação algumas ruas foram asfaltadas e instalada a iluminação pública.

Embora o processo inicial da ocupação seja diferente do que ocorre nas chamadas favelas, observa-se, atualmente, aglomerados de casas no mesmo lote, bem como a construção de casas em áreas indevidas, como por exemplo às margens do lago Canaçary. Observa-se, também, irregularidade na manutenção do sistema viário e a ausência de qualquer projeto urbanístico, o que denota a falta de intervenções públicas nessas áreas (Figura 22).

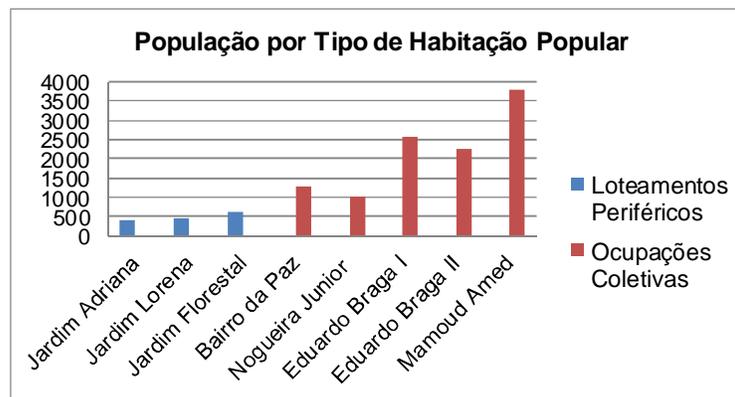
Figura 22-Rua do bairro Mamoud Amed.



Foto: Luciana de Oliveira (2013).

Entre as habitações populares encontradas em Itacoatiara, as ocupações coletivas são mais numerosas e populosas, superando os loteamentos periféricos (Gráfico 4), e, é também onde se encontram os maiores e mais complexos problemas urbanos da cidade.

Gráfico 4-População dos Bairros de Habitação Popular.



Fonte: IBGE (2012).

Quando as ocupações ocorreram, as principais ruas de acesso foram fechadas pelos ocupantes, impedindo o acesso de pessoas que não pertenciam ao movimento. Não houve, porém, nenhuma intervenção pública, áreas foram desmatadas, ocupadas às margens de igarapés e de áreas alagadiças. No ano de 2009, ocorreu uma ação de reintegração de posse de terras em uma área destinada pelo Estado para a construção de fábricas de móveis, como também lotes de empresários, bancários e comerciantes (BRAGA, 2011). Porém, nenhum lote foi devolvido à empresa Florestal Norte. Essas intervenções contraditórias do poder público no espaço urbano possibilitam o questionamento das estratégias espaciais realizadas pelo poder público e suas reais intenções:

A terra urbana e a habitação são objetos de interesse generalizado, envolvendo agentes sociais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Estabelece-se uma tensão, ora mais, ora menos intensa, porém permanente em torno da terra urbana e da habitação. Se isso não constitui a contradição básica, transforma-se, contudo, em problema para uma enorme parte da população (CORRÉA, 2011, p. 45).

A produção das ocupações coletivas em Itacoatiara comportam ações com características diversas, confundindo interesses públicos e privados, coletivos e individuais, tanto no processo de ocupações das áreas como em sua consolidação. Para compreender o processo que deu origem e sua reprodução no espaço urbano foi delimitado como área de estudo uma das ocupações, ou seja, o bairro Mamoud Amed, o qual será tratado no terceiro capítulo.

2.3 Cheias e habitação popular em Itacoatiara

O processo de produção urbana é essencialmente social. Todavia, numa região como a Amazônia, faz-se necessário considerar, também, as dimensões da natureza, embora estas não sejam determinantes. No Amazonas, a hidrografia exerce grande influência na configuração urbana das cidades, porém não tem limitado a ocupação de áreas próximas aos cursos de rios. As ocupações em áreas inundáveis, periodicamente, aparecem em várias cidades do Amazonas, como também em Itacoatiara.

Se no passado a expansão da cidade de Itacoatiara considerava os rios como um elemento de direcionamento de sua expansão, com o passar dos anos o aumento populacional e a necessidade de mais habitação levaram a ocupações de áreas próximas aos cursos d'água, como é o caso das áreas ocupadas no entorno do lago Juary (Figura 23), que deixou de ser um obstáculo a ocupação quando foram construídas pontes para a continuidade do crescimento da cidade em sua direção. “Sendo assim, as pontes aparecem em determinado momento como solução para as dificuldades de acessibilidade às áreas que tinham os igarapés como limites naturais para o avanço da ocupação do Juary” (CLAUDEMILSON OLIVEIRA, 2007, p. 63).

Figura 23-Vista aérea parcial da cidade de Itacoatiara-AM, bairro Jauary 1, 1970.



Fonte: Acervo pessoal Aurélio Vieira dos Santos

O bairro Jauary I, durante o processo de crescimento da cidade foi ocupado por famílias que não tinham moradia, e que insistem em permanecer lá até hoje, não apenas pela falta de alternativa habitacional, mas também pela localização próxima ao porto, o que facilita o envio de mantimentos para a zona rural e a vinda de produtos agrícolas que complementam a renda e a alimentação familiar. Além de área residencial, o bairro também é composto por muitos comércios que enfrentam problemas com a cheia do Rio Amazonas. Neste local, há ainda riscos para a saúde, não há asfaltamento nem água encarnada. No Lago Jauary são despejados os dejetos e o lixo doméstico, espalhando um forte odor com o qual as famílias convivem todos os dias e quando o lago transborda aumentam os riscos de contaminação.

O IBGE (2010) identificou a área do Jauary com um setor subnormal⁶, por suas condições de infraestrutura e precariedade habitacional, e é importante destacar que mesmo tendo sido uma das primeiras áreas a serem ocupadas na cidade, o local nunca recebeu, como observado na pesquisa, nenhuma intervenção eficiente. Segundo Maricato (2003), a consolidação das

⁶ Ressalta que este conceito é utilizado pelo IBGE e que não é utilizado neste trabalho.

ocupações em áreas de proteção ambiental é concedida devido ao custo da remoção; os problemas de drenagem, as dificuldades de obstáculos à instalação de rede de água e esgotos. No caso específico, as ações intervencionistas ocorrem, normalmente, no período eleitoral, mesmo assim limitando-se à construção de pontes e retirada dos lixos que são despejados no lago. O que ocorre neste bairro de Itacoatiara não difere, substancialmente, do que ocorre em outras cidades brasileiras, conforme já foi identificada por Maricato:

A lógica concentradora da gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa, moradora da cidade ilegal, demandaria de serviços públicos. Seu desconhecimento se impõe, com exceção de ações pontuais definidas em barganhas políticas ou períodos pré-eleitorais. Essa situação constitui, portanto, uma inesgotável fonte para o clientelismo político (MARICATO, 2003, p.15).

Itacoatiara possui outros bairros em áreas alagadiças ou aningais (Figura 19). Segundo levantamento da Secretaria de Assistência Social de Itacoatiara, muitas áreas dos loteamentos periféricos e ocupações coletivas sofrem com a cheia, isso porque famílias construíram suas casas nessas áreas, sem nenhuma objeção da fiscalização dos órgãos municipais competentes. Na planta de um dos loteamentos foi identificada a limitação dos lotes na área de várzea feita pela imobiliária Florestal Norte. No entanto, foram estas áreas ocupadas por famílias durante as ocupações coletivas.

Figura 24- Ocupação em Aningal, Bairro Jauary 1.



Foto: Luciana de Oliveira (2012).

De acordo com o Código de Proteção Ambiental, essas áreas ocupadas para moradia são de proteção permanente, portanto, deveria ocorrer a remoção dos moradores, no entanto:

Áreas de proteção ambiental, não raramente, são priorizadas para ocupação pela população pobre, seja nas favelas ou nos loteamentos irregulares, abertos diante da condescendente (ou inexistente) fiscalização. Não é por ausência de legislação que tal acontece (MARICATO, 2003, p.158).

Essas áreas são ocupadas porque foram as alternativas encontradas pelas famílias e este espaço produzido revela a desigualdade ao acesso à terra urbana. As melhores áreas são apropriadas pelos segmentos da sociedade com maior renda, restando para a população de baixa renda as áreas periféricas da cidade.

Durante as enchentes de 2009 e 2012 essas áreas foram gravemente afetadas. No ano de 2012, todas as áreas de habitação observadas durante a pesquisa foram atingidas, em especial o bairro Jauary I (Figura 25), Prainha (Figura 26) e Centenário (Figura 27) este último, fica isolado somente podendo ser alcançado por vias fluviais. Quando não está em período de cheias, para se chegar até o bairro é preciso andar em uma área de mata onde há somente trilhas. Na enchente de 2012, as águas do Rio Amazonas tomaram toda a área de acesso ao bairro e as pontes construídas não foram suficientes para toda a sua extensão, além do perigo da força da correnteza as deixam frágeis.

Figura 26- Bairro Jauary 1.



Foto: Luciana de Oliveira (2012).

Figura 25-Bairro Prainha.



Foto: Luciana de Oliveira (2012).

Figura 27-Bairro Centenário.



Foto: Luciana de Oliveira (2012).

Durante a enchente de 2012⁷ cadastraram-se as famílias que procuraram a defesa civil nas áreas afetadas tanto na zona rural quanto urbana do município. Na zona urbana foram cadastradas 1.398 famílias em 20 bairros, porém deve-se considerar que esse total corresponde somente àquelas que procuraram a Defesa Civil. Algumas poucas famílias que procuraram a Defesa Civil e a Secretaria de Assistência Social foram removidas para a escola Ieda Henrique e para antiga escola Pedra Pintada ou para casas de parentes. Na escola Ieda Henrique nove famílias já haviam deixado a área de abrigo, restavam sete famílias no momento do trabalho de campo (maio de 2012), e que ocupavam a escola há um mês. Elas foram encaminhadas para escola Pedra Pintada e somente uma havia deixado o abrigo.

Essas famílias eram de bairros diferentes e representam uma quantidade extremamente incompatíveis com a quantidade de desabrigados. A maioria não ficou nas escolas (Figura 28) e buscou abrigo em casas de parentes na cidade. Durante o período de enchente e enquanto as famílias permaneciam nas escolas as aulas foram interrompidas. E aqueles que não deixaram as suas casas ficaram esperando o auxílio do Governo do Estado que não chegou a nenhuma delas.

⁷ Acompanhada durante trabalho de campo, em maio de 2012.

Figura 28- Escola Estadual Ieda Henrique, utilizada para abrigar as famílias.



Foto: Luciana de Oliveira (2012).

Para todo o município foram adquiridos cerca de 280 metros cúbicos de madeira para a construção de pontes e marombas⁸. As famílias solicitaram a madeira para suspender o piso das casas, conforme a subida das águas. As ruas dos bairros foram tomadas pelas águas dos cursos d'água que serpenteiam a cidade. A estrada que dá acesso ao aeroporto da cidade ficou comprometida e numa parceria entre a Prefeitura e empresas privadas foi construída uma ponte de 300 metros de comprimento e 4 de largura, sendo utilizados 1.200 metros cúbicos de madeira.

Neste contexto e pelos exemplos citados neste capítulo, o que se delinea para a cidade de Itacoatiara é a superposição de fatores que ampliam a segregação sócio-espacial e que pressupõem a ausência do direito à cidadania e ao conforto urbano.

A ocupação de áreas e a ausência de investimentos aos programas habitacionais são crescentes em Itacoatiara e acompanham a expansão da

⁸ Piso, feito de tábuas ou troncos, onde se põe o gado durante as grandes enchentes na região amazônica. Serve também para por a salvo plantas, animais domésticos e objetos de utilidade do ribeirinho. No caso da cidade de Itacoatiara, a maromba é utilizada para elevar o piso da casa no período de enchentes.

cidade reatualizando a produção e reprodução desigual do espaço urbano. No próximo capítulo, como já citado anteriormente, analisaremos um caso específico, o bairro Mamoud Amed que de certo modo sintetiza as contradições do espaço urbano.

A ocupação em áreas que deveriam ser de proteção ambiental é crescente em Itacoatiara e acompanham a expansão da cidade, além de combinar com a ausência de investimentos em programas habitacionais, levando à consolidação das ocupações em áreas de proteção ambiental devido ao seu custo de remoção.

CAPÍTULO 3

O BAIRRO MAMOUD AMED E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Figura 29- Bairro Mamoud Amed.



Foto: Luciana de Oliveira (2012).

3. 1 O lugar no espaço urbano

O problema da produção de habitação nas cidades não é fato recente. Prova disso são os inúmeros estudos realizados referentes à questão da habitação, dentre os quais podemos citar a obra de Friedrich Engels *A questão da Habitação*. Nela, o autor aborda o problema da ausência de habitação e a insalubridade das habitações dos trabalhadores em êxodo rural, onde o homem do campo tornou-se proletário nas fábricas no período de industrialização alemã. Embora esta obra seja de 1872, é de grande contribuição, tendo em vista que a habitação era e continua a ser problema social relevante.

Realidades semelhantes a descrita por Engels, foram analisadas por Villaça (1986), Bonduki (2004), dentre outros estudiosos dos problemas urbanos brasileiros utilizados como referencial neste trabalho. Esses autores retratam a realidade das moradias da população de baixa renda, desde a formação das primeiras favelas nos morros no Rio de Janeiro, em meados do século XIX, decorrente da pressão do crescimento populacional urbano (ABREU, 1994) que acarretou na seletividade do espaço urbano, levando à exclusão da população para áreas de menor interesse para a classe solvente. E seguindo esse contexto, foram surgindo em outras cidades brasileiras realidades semelhantes de provisão de habitação pela população de baixa renda. Isso aconteceu porque na cidade capitalista, o acesso ao espaço urbano, e a tudo que nele se produz (bens e serviços) é desigual, pois o processo de produção da cidade é linear ao processo de produção do capitalismo, portanto a cidade é vista como mercadoria.

Diante do exposto, temos a produção capitalista da habitação, onde a casa é mercadoria e a terra urbana se configura como propriedade privada, portanto:

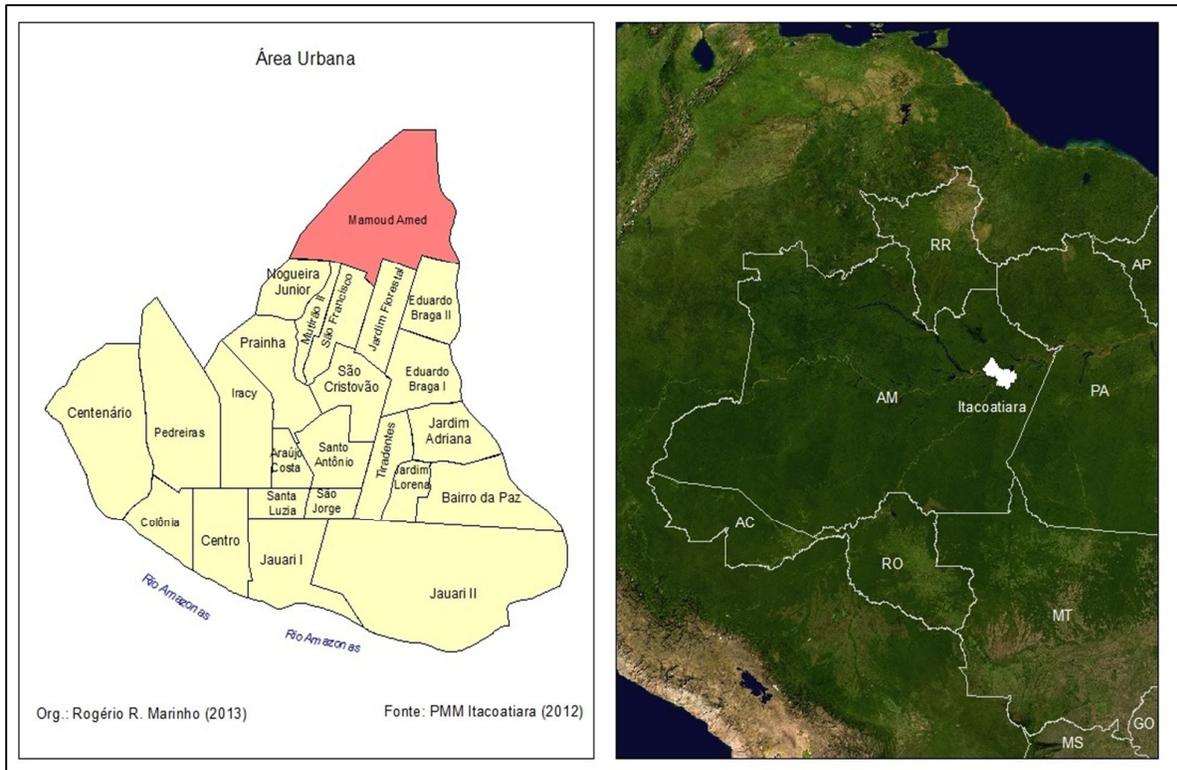
Trata-se de uma mercadoria especial, possuindo valor de uso e valor de troca, o que faz dela uma mercadoria sujeita aos mecanismos de mercado, seu caráter especial aparece na medida em que depende de outra mercadoria especial- a terra urbana - cuja, produção é lenta, artesanal e cara e excluindo parcela ponderável, senão a maior parte, da população de seu acesso, atendendo apenas a uma pequena demanda solvável (CORREA, 2003, p.62).

Tendo em vista os aspectos observados na cidade em estudo, a maioria da população não tem acesso à habitação adequada por ter renda irrisória para alugar ou ainda para comprar um imóvel. Com a restrição ao acesso de lugares para moradia, são produzidos espaço de ocupação coletiva.

A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência [...] Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes da produção do espaço (CORREA, 2007, p.30).

Entre as ocupações coletivas que deram origem aos bairros populares de Itacoatiara, destaca-se, neste capítulo, o Bairro Mamoud Amed, que é um bairro populoso e periférico da cidade (Figura 30).

Figura 30-Localização da área de Estudo.



Organização: Rogério Marinho (2013).

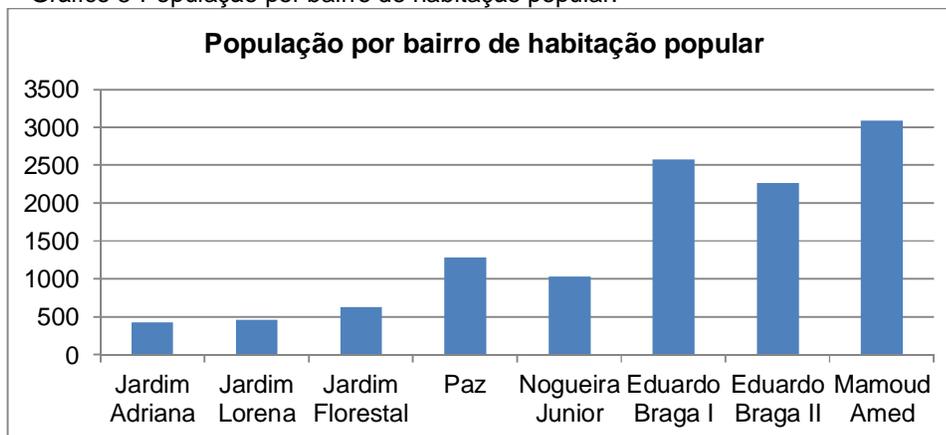
Antes da análise do bairro, tornam-se necessárias algumas considerações sobre o que é o bairro na Geografia, considerando-o como parte da cidade com fisionomia própria, ligada à sua história, a sua paisagem e à sua localização, na qual as especificidades eventuais de seu povoamento e sua cultura lhe conferem certa unidade. Neste sentido, o bairro é parte da cidade ou de uma cultura territorializada que estrutura a vida social. Há o sentimento de pertencimento dos habitantes, e muitas vezes os bairros administrativos criados não são os mesmos dos moradores (SERPA, 2002), portanto:

Os bairros devem ser vistos aqui como espaços vividos e sentidos, como lugares da experiência. Os bairros expressam e condicionam as redes de relações sociais, de vizinhança, de parentesco, de amizade e também as redes associativistas [igrejas, terreiros, associações de moradores, clubes de mães, etc.] (SERPA, 2002, p. 296).

Para além da expressão imediata, os bairros designam frequentemente uma porção da cidade degradada e poluída de centros e de periferias. Do ponto de vista da sócio-espacialidade, temos a ancoragem territorial da vida social da vizinhança, tanto do ponto de vista de estimular e estabelecer programas de desenvolvimento social, como de criar associações com identidades locais favorecendo a mobilidade associativa, animando o local, e implantando equipamentos coletivos e espaços públicos. Por outro lado, temos a ocorrência da delinquência, incivilidade e violência que decorrem da excessiva funcionalidade do bairro e de certos conjuntos de moradias integrados à cidade. O bairro, portanto, está longe de ser uma unidade, trata-se na verdade de uma grande diversidade social, demonstrando que a proximidade espacial não é suficiente para constituir a proximidade social (SOUZA, 1989).

Com essas considerações, adentra-se na análise do bairro Mamoud Amed que segundo os dados do IBGE (2012), comporta uma população de 3.808 habitantes, sendo a maior entre os bairros de habitação popular da cidade de Itacoatiara (Gráfico 5). Isso, porém, não significa que o bairro seja uma aglomeração populacional dissimétrica com becos e ruelas semelhantes as ocupações coletivas de outras cidades, como a capital Manaus, por exemplo. O bairro possui uma grande área e não foi ainda todo ocupado, existem áreas de mata ciliar próximas aos aningais, e a divisão dos lotes, iniciadas pela Imobiliária Florestal Norte, possibilitou a melhor espacialização das casas (Figura 31).

Gráfico 5-População por bairro de habitação popular.



Fonte: IBGE (2012).

Figura 31- Rua no bairro Mamoud Amed.



Foto: Luciana de Oliveira (2013).

O Bairro é o mais periférico da cidade pela sua localização (distância do centro da cidade) e pela sua deficiência de serviços e equipamentos urbanos. Sabendo que o conceito de periferia e centro varia conforme a perspectiva da pesquisa, é importante delimitá-los. O conceito de periferia adotado nesta pesquisa já foi mencionado nos capítulos anteriores, cabe neste momento, melhor esclarecer a perceptiva de centro:

O centro constitui-se por meio de um processo de concentração de atividades de comercialização de bens e serviços, de gestão pública e privada, de lazer e de valores materiais e simbólicos em uma área da cidade. Embora essa dinâmica possa ser reconhecida, desde as cidades antigas, é por meio do Capitalismo que ela se acentua (SPOSITO, 2004, p.120).

Em Itacoatiara, os órgãos públicos, os bancos, correios, loterias, as escolas de ensino médio e de cursos profissionalizantes, concentram-se, em sua maioria, no bairro Centro. Em Itacoatiara não há ainda a descentralização desses serviços, assim como em outras cidades do Amazonas. Apesar do crescimento urbano e populacional, há um descaso na descentralização dos serviços públicos para as áreas periféricas da cidade, somente algumas atividades comerciais de pequena escala (padarias, açougues e mercearias) são realizadas pelos próprios moradores dos bairros. No que se refere ao comércio, observa-se que os preços das mercadorias são mais elevados do que os encontrados no centro da cidade, como relatado por muitos moradores do bairro Mamoud Amed. A população recorre aos serviços urbanos de comércio existente na área central por serem os mais baratos.

Além disso, constatou-se na pesquisa de campo, pelos relatos dos moradores, as dificuldades que eles possuem para resolver problemas nos órgãos públicos ou em bancos, por conta da distância e das condições de deslocamento. É importante assinalar que a cidade não dispõe de transporte coletivo urbano. Idosos, mulheres grávidas e crianças doentes, têm dificuldade de deslocamento por não terem transporte e/ou por não tê-los adequados as suas condições de saúde. Os transportes utilizados são as bicicletas e motocicletas, e quando não há a disponibilidade de alguns deles, o deslocamento é feito a pé. Outro problema é o fato de que poucos mototaxistas prestam serviços no interior do bairro, devido às condições precárias das ruas esburacadas e que formam poças d'água em dias de chuvas (Figura 32), além disso, os mototaxistas também possuem forte receio de sofrer assaltos no bairro. Durante o trabalho de campo, poucos destes profissionais foram encontrados nas ruas do Mamoud Amed, e os que estavam disponíveis se concentravam na avenida principal e, ainda assim, em menor

número. À noite eles não circulam, causando dificuldades aos moradores que necessitavam realizar atividades noturnas, conforme o relatado de uma moradora que deixou de fazer curso técnico pela dificuldade de voltar para casa à noite.

Figura 32- Rua no bairro Mamoud Amed.



Foto: Luciana de Oliveira (2013).

Em virtude do que foi mencionado, é importante ressaltar que uma das principais reivindicações dos moradores do bairro é o transporte coletivo urbano. Essa é uma discussão recorrente no interior do Amazonas, tendo em vista que nenhuma cidade, com exceção da capital, possui transporte coletivo urbano, o que acentua ainda mais a importância da localização para que a população tenha acesso aos bens e serviços da cidade.

Como já mencionado, as pessoas que não são inseridas no modo de produção capitalista, que transforma a habitação em mercadoria, acabam por ele sendo excluídas. O mercado imobiliário é o instrumento de dominação e exclusão que se manifesta espacialmente no processo de segregação sócio-espacial na formação das periferias. Há, evidentemente, uma intrínseca relação entre pobreza e periferia: [...] “a pobreza urbana não é só uma questão de

nível, ou índice, mas também de concentração espacial e social, envolvendo desigualdade, separação e homogeneidade espacial” (TORRES, 2003, p.99).

A população com menores condições econômicas está concentrada nas periferias, e esta, por sua vez, é diferenciada na paisagem urbana pela sua precariedade: “A moradia, por sua tradução na paisagem urbana, é o elemento denunciador das diversas formas de segregação sócio-espacial” (SERPA, 2001, p.161). Portanto, os tipos de habitação dos diferentes segmentos sociais produzidos no espaço urbano revelam a existência de uma desigualdade social na cidade, produzindo uma morfologia espacial estratificada apreendida por meio das diferenciações da paisagem (CARLOS, 2007).

Porém, a segregação sócio-espacial é completa (socialmente e espacialmente) quando é analisada para além da diferenciação da paisagem urbana e articulada na relação dos segregados e espaço urbano. No bairro Mamoud Amed, por exemplo, os moradores quando questionados sobre quais lugares gostariam de frequentar na cidade, a maioria mencionou a orla e as praças (Figura 33), ambas concentradas no Centro. A população deixa, portanto, de usufruir até mesmo dos lugares públicos, pelas dificuldades de deslocamento já citadas anteriormente, visto que,

A segregação, como um mecanismo de dominação e exclusão, sempre impede ou dificulta o acesso dos segregados a alguma serviço, benefício, direito ou vantagem, seja pública, seja privado. Pode ser o conforto de um serviço de transportes, um bom parque, os serviços públicos ou os shoppings. A segregação espacial urbana atua através da acessibilidade, ou seja, através das facilidades ou dificuldades de locomoção no espaço urbano (VILLAÇA, 2003, p.342).

Figura 33- Orla de Itacoatiara.



Foto: Luciana de Oliveira (2012).

Em Itacoatiara, cada vez mais se acentua a ocupação de áreas periféricas, um crescimento espacial em curto espaço de tempo nunca antes visto. A periferia se estende continuamente e é para onde se expulsam as frações da população de renda irrisória incapaz de inserção no mercado formal de imóveis- compra e aluguel de imóveis residenciais. A seletividade dos lugares da cidade para interesses de reprodução do capitalismo resulta na segregação sócio-espacial, que ao impedir uso da terra urbana em bairros dotados de infraestrutura, leva à ampliação a cada dia do tecido urbano de Itacoatiara, um exemplo é ação do Estado que implantou o Programa Minha Casa Minha Vida em uma área de estrada após a barreira rodoviária do município.

3.2 Reprodução da periferia de Itacoatiara

Ao produzir sua vida a sociedade produz o espaço, para que seja possível a sua reprodução como espécie em todas as suas dimensões. A habitação é, como já mencionado, uma das necessidades básicas de todo ser humano, pois não se pode viver sem ocupar um espaço e, diante das dificuldades de adquirir a casa própria, aqueles que não podem pagar por ela, não são atendidos pelas políticas públicas. A renda dessa parcela da população não alcança o setor privado de habitação, o que os direciona para a moradia popular, que acaba se transformando na única alternativa para sua reprodução como espécie, e conseqüentemente, para produção do espaço urbano. Portanto, “O ato de produção da vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço, além, de um modo de apropriação. Nesse raciocínio, afirma-se o espaço como condição, meio e produto da reprodução social” (CARLOS, 2011, p.63).

Neste contexto, a vida também é produzida na periferia que é a expressão das desigualdades sócio-espaciais da cidade, como também o produto das relações sociais daqueles que nela habitam. E para melhor entendimento da produção da periferia, lugar da produção de habitação popular, foi delimitado como *lócus* de estudo o bairro Mamoud Amed.

A produção da habitação no bairro Mamoud Amed foi iniciada em 2003 com a construção dos “barracos” improvisados, maneira de assegurar o lote durante o processo de ocupação (Figura 34). Após a ocupação dos lotes, as casas foram sendo construídas no sistema de autoconstrução que se inicia com a construção de somente um cômodo, como um vão, para possibilitar a vinda da família e a ocupação tornar-se efetiva (mesmo decorridos quase 10 anos da ocupação ainda é possível encontrar casas nessa situação). Trata-se de um processo contínuo de autoconstrução que marca a paisagem periférica.

Figura 34-Início da ocupação no bairro Mamoud Amed.



Foto: Luciana de Oliveira (2003).

Como mencionado no capítulo anterior, a autoconstrução é característica da habitação popular. Porém como acentua Kowarick (1993), a autoconstrução não deve ser entendida como uma forma de poupança na construção da casa para a população de baixa renda. Trata-se, na realidade, de uma das estratégias para sobrevivência, realizada nos limites das necessidades de reprodução da vida (CARLOS, 2007). As casas, em processo de autoconstrução, acabam ficando em situação tão precária como as de madeira improvisadas, sobretudo em relação ao conforto. Com a autoconstrução algumas partes da casa ficam mais baixas que outras e sem ventilação, muitas vezes o material acaba antes de ter sido concluída uma das fases o que leva ao imprevisto de janelas, portas e pisos, entre outros (Figura 35).

Figura 35-improvisação de materiais na construção



Foto: Luciana de Oliveira (2013).

Além da precariedade dos materiais utilizados na construção e da descontinuidade do processo, outra característica a ser considerada é a falta de conhecimento para projeção da casa, como se observa na figura abaixo (Figura 36). As casas construídas sem janelas causam um desconforto térmico e deixam o ambiente pouco iluminado, o que poderia ser evitado com os conhecimentos especializados da construção civil, lembrando ainda da instalação elétrica e encanação. Erros na construção levam a constante reforma das casas e o isso gera mais gasto aos moradores.

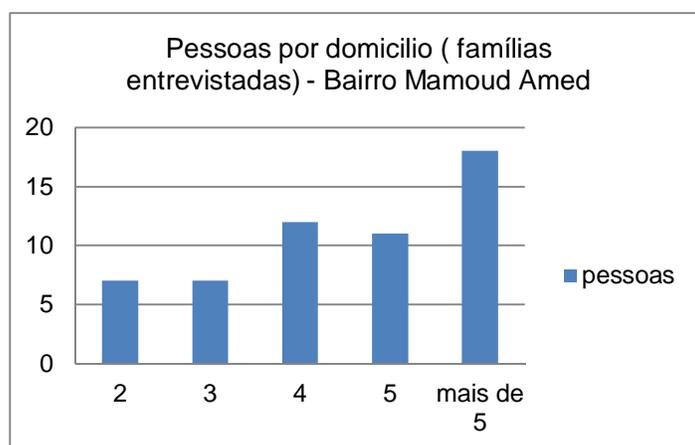
Figura 36-casa no bairro Mamoud Amed.



Foto: Luciana de Oliveira (2013).

As casas construídas são pequenas, com poucos cômodos (foi considerado como um cômodo da casa os banheiros que não são agregados fisicamente a casa, mas são construídos no terreno). Mesmo aquelas casas com as divisões dos cômodos (quarto, sala, cozinha e banheiro), acabam tornando-se pequenas, pois há muitas pessoas morando (Gráfico 6) tornando os quartos insuficientes o que reduz a privacidade individual dos membros da família. Além disso, o número maior de pessoas por domicílios resulta na necessidade de compartilhar recursos comuns o que traz consequência para nutrição, saúde e educação (TORRES, 2003).

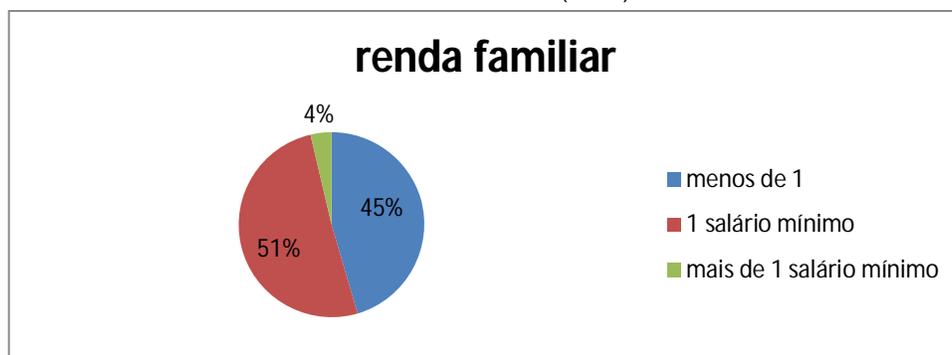
Gráfico 6- Pessoas por domicílio



Organização: Luciana de Oliveira (2013).

Outro aspecto relacionado às condições das famílias é a baixa renda. A maioria dos moradores possui renda que não ultrapassa um salário mínimo (Gráfico 7). Em alguns casos a renda é obtida pela venda de comidas, agricultura, pesca e, principalmente, pelo Programa Federal “Bolsa Família”. Além do subsídio do Programa Bolsa Família, as famílias recebem ajuda de vizinhos ou parentes e complementam atualmente a alimentação com as sopas distribuídas pela Prefeitura do município no Programa de Complementação Alimentar.

Gráfico 7-- Renda familiar- Bairro Mamoud Amed (2013).

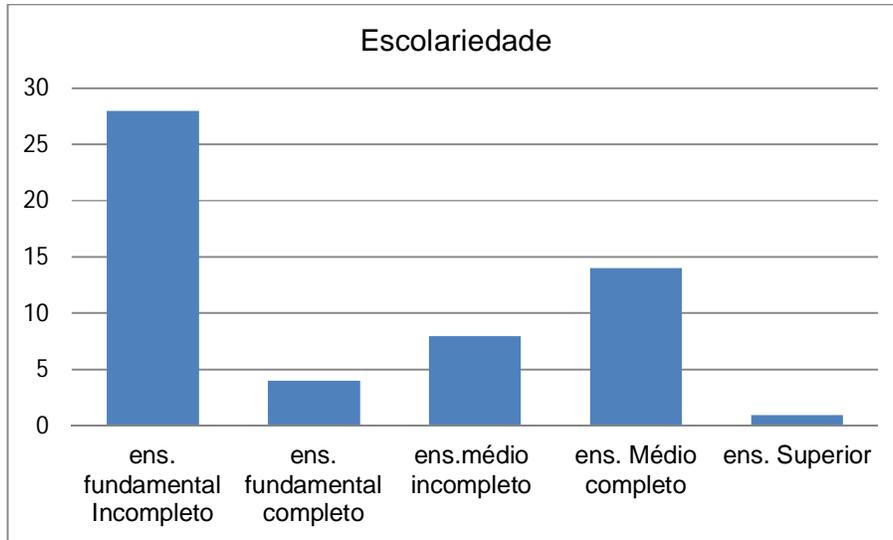


Organização: Luciana de Oliveira (2013).

A maioria das casas é própria das famílias com renda inferior a um salário mínimo, porém com esse rendimento familiar, pode-se ter uma noção das características da casa que pertence àqueles que participaram do processo de ocupação e/ou compraram a casa no início da ocupação. Há uma parcela da população que vive em casas cedidas por amigos ou parentes. É necessário neste momento, destacar “[...] que propriedade do solo/casa é uma pluralidade de relações sociais e não uma só” (RODRIGUES, 2009, p. 51), isso significa, neste contexto, que ao ser utilizado o termo casa própria está sendo feito, referência à casa e não à propriedade do lote.

A renda está relacionada com a baixa escolaridade dos moradores. A maioria não possui ensino fundamental completo (Gráfico 8) e isso acarreta em uma capacidade reduzida de conseguir um emprego nas melhores ocupações e por conseguinte melhores salários.

Gráfico 8-- Escolaridade dos moradores- Bairro Mamoud Amed



Organização: Luciana de Oliveira (2013).

Gráfico 9-Ocupação profissional dos moradores- Bairro Mamoud Amed (2013).



Organização: Luciana de Oliveira (2013).

Além disso, a maioria dos moradores não possui renda fixa, são autônomos (Gráfico 9) ou desempregados. Diante dessa incerteza de fonte de recursos para suprir as necessidades básicas durante o mês, sobretudo a da alimentação, os moradores contam com auxílio uns dos outros, emprestando entre si o alimento que lhes faltam.

A situação da renda familiar incide no tipo de construção da casa de madeira, alvenaria e mistas, bem como suas condições de habitabilidade, características reveladas na paisagem da periferia e que propiciam algumas

reflexões para a pesquisa. Nas casas construídas na Avenida Liberdade, principal avenida, e no início do bairro, são as casas de melhores condições de habitabilidade e onde há algumas atividades comerciais. A medida que se adentra o bairro a qualidade das casas vai diminuindo, assim como o comércio.

É importante mencionar que diferente dos bairros periféricos de outras cidades, onde a necessidade interna do bairro leva ao favorecimento do surgimento de diferentes e numerosas atividades comerciais, isso não foi encontrado no Mamoud Amed onde há pouca atividade comercial e com poucas variedades de produtos (Figuras 37 e 38) o que resulta na necessidade do deslocamento a outros bairros próximos ou ao centro da cidade. Há no bairro alguns comerciantes que foram morar no bairro com o intuito de implantar seu comércio, porém essa atividade não é muito lucrativa para eles, servindo mais para complementação de renda, isso porque embora existam as dificuldades de deslocamento, a maioria dos moradores prefere ir a outros bairros onde há mais variedades e menores preços.

Figura 37-comércio no bairro Mamoud Amed (2013).



Foto: Luciana de Oliveira (2013).



Foto: Luciana de Oliveira (2013).

Foram encontradas algumas casas abandonadas no bairro que eram de pessoas que receberam casas no Residencial Poranga ou que possuem casa em outro bairro e, portanto deixam as casas abandonadas (Figuras 39 e 40). O líder da Associação do bairro relatou que já indicou mais de 30 casas abandonadas para pessoas que constantemente o procuram pedindo ajuda para encontrar um lugar no bairro para moradia e é nesse momento que muitas vezes as pessoas que abandonaram as casas aparecem contestando o imóvel. A reclamação dos vizinhos dessas casas abandonadas é que elas têm servido de esconderijo para assaltantes.

Figura 39- casa abandonada.



Foto: Luciana de Oliveira (2013).

Figura 40- Casa abandonada.



Foto: Luciana de Oliveira (2013).

Em entrevista, um morador relatou ter recebido sua casa “doada” pela prefeitura, segundo ele, procurou a Secretaria do Setor de Terras do Município e pediu uma casa e logo foi atendido com um dos lotes que supostamente pertencia à Prefeitura. Vale ressaltar que a área do bairro Mamoud Amed é de propriedade de Moyses Benarrós Israel.

Mesmo sem a regularização dos lotes, é comum encontrar casas colocadas à venda por moradores do bairro (Figuras 41 e 42) e quem as compra sabe das condições da propriedade, porém é o meio utilizado para adquirir uma casa mesmo correndo o risco da reintegração de posse. Este é o medo que assombra os moradores de ocupações coletivas, o medo da reintegração de posse e conseqüentemente a demolição das casas que foram construídas ao longo dos anos.

Figura 42-Casa a venda no bairro Mamoud Amed.



Foto: Luciana de Oliveira (2013).

Figura 41- Casa a venda no bairro Mamoud Amed.

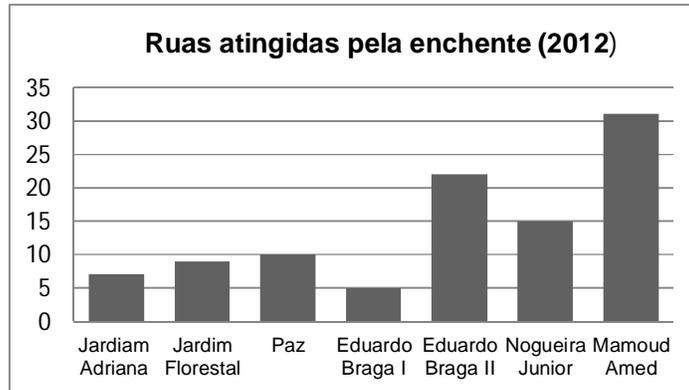


Foto: Luciana de Oliveira (2013).

Assim como outros bairros da cidade, o bairro Mamoud Amed sofreu e sofre com as cheias e enchentes dos lagos, e foi entre os bairros periféricos o mais afetado. Ruas inteiras foram tomadas pelas águas (Gráfico 10) como se fossem a extensão dos rios que cortam as cidades (Figura 43) e com as enchentes seguidas de 2009 e 2012 muitos moradores colocaram as casas à venda. Essas famílias ocuparam áreas que não foram incluídas na planta original do loteamento realizado pela Imobiliária Florestal, nem foram retiradas na época pelos órgãos fiscalizadores. O bairro não pode mais ser expandindo porque está no limite das áreas inundáveis e do lago Canaçari. Atualmente a

cidade se expande para a estrada do aeroporto, processo já induzido pela ação das políticas públicas com o Projeto Minha Casa Minha Vida.

Gráfico 10- Ruas atingidas pela enchente em Itacoatiara (2012).



Fonte: Defesa Civil de Itacoatiara (2012).

Figura 43- enchente de 2012, bairro Mamoud Amed.



Foto: Luciana de Oliveira (2013).

Mesmo com todas as dificuldades encontradas no bairro, quando perguntado aos moradores se os mesmos possuem o desejo de morar em outro bairro, eles responderam que não. Eles apontam como aspectos positivos do bairro a tranquilidade, o fato de que seus filhos podem brincar na rua sem a preocupação com os veículos, a relação com os vizinhos e a arborização do lugar. A relação de tranquilidade dita pelos moradores quando relacionada à violência e assalto é identificada como um problema no bairro, mas os

moradores identificam como perigosas outras ruas e não as suas.

O que eles reivindicam são as condições de infraestrutura e de serviços urbanos para o bairro. Embora o bairro seja o único entre os bairros periféricos que têm duas escolas públicas (IBGE, 2012), essas escolas são somente para o ensino fundamental; para cursar o ensino médio é necessário ir para os bairros Centro e Colônia onde são encontradas as escolas públicas estaduais (IBGE, 2013).

Enquanto nos outros bairros de Itacoatiara as pessoas se reúnem, no fim da tarde, nas praças e lanches da cidade, no bairro Mamoud Amed o lazer para seus moradores são os encontros realizados entre eles e familiares para conversar na frente das casas ou no quintal debaixo das árvores, onde diariamente desfrutam da companhia uns dos outros.

Diante do exposto, a periferia que agrupa a população de baixa renda é caracterizada, sobretudo, pela sua precariedade, porém ela não se limita somente a isso. Nela são construídas relações sociais contínuas que produzem e reproduzem o espaço. Os bairros periféricos devem ser visto também, para além do que lhes falta, mas o que eles já possuem.

Os bairros devem ser vistos aqui como espaços vividos e sentidos, como lugares de experiência. Os bairros expressam e condicionam as redes de relações sociais, de vizinhança, de parentesco, de amizade e também as redes associativas (igrejas, terreiros, associações de moradores, clubes de mães etc.). (SERPA, 2002, p.02).

O bairro Mamoud Amed no que diz a respeito à produção do lugar como produto das relações sociais recebe influências externas com suas contradições visto que o espaço urbano é fragmentado e articulado (CORREA, 2003) quando dialeticamente, as contradições se encontram, outras são produzidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 44- Vista área parcial de Itacoatiara, destaca para Conjunto Cidadão Itacoatiara.

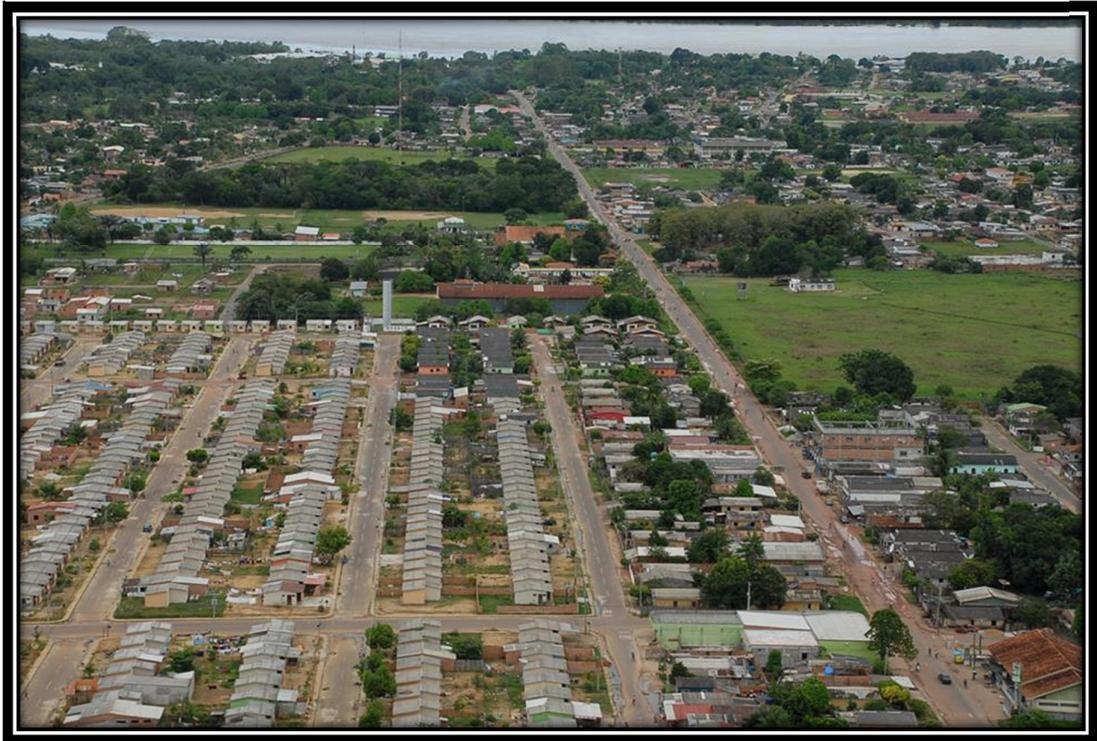


Foto: Enéas Vitor (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, limitamos nesta pesquisa a denominação de habitação popular para designar a produção de moradia realizada por aqueles que possuem baixa renda, na tentativa de suprir sua necessidade básica de reprodução. Não foi incluída a produção habitacional realizada pelo Estado, porque, dependendo da ação, não atende a população de baixa renda. As condições do financiamento para construção e os interesses econômicos são empecilhos para o Estado agir efetivamente. Quando a política habitacional acontece, cria e/ou acentua a periferia da cidade, como em Itacoatiara, com o Residencial Poranga (Programa Minha Casa Minha Vida). Isso demonstra que a delimitação de áreas especiais de interesses sociais constam teoricamente nos planos diretores, mas não na prática das políticas públicas habitacionais. Os programas continuam sendo realizados em áreas afastadas dos recursos urbanos básicos, como é o caso do residencial Poranga, construído na estrada do aeroporto do município. Essa má localização causa muitos transtornos aos moradores, já que a maioria não possui veículos próprios e a cidade não oferece serviço de transporte público. Além disso, a péssima qualidade dos materiais utilizados na obra apresentaram problemas graves após três meses da entrega do residencial.

Outra questão que deve ser ressaltada sobre as políticas públicas atuais são os projetos de implantação de serviços urbanos (escolas, delegacias, posto de saúde) que, embora estejam sendo incluídos nos projetos originais do PMCMV, não são entregues juntamente com as unidades. Portanto, a construção de casa apenas como mero abrigo torna a política pública incompleta, pois ela precisa ser acompanhada de outras políticas, como de infraestrutura, serviços, transporte, educação, entre outros.

Durante a realização desta pesquisa foi possível acompanhar uma enchente, em 2012, e as cheias dos rios em 2013. Durante esses períodos constatou-se a situação problemática dos bairros de Itacoatiara, como o bairro Jauary, um dos bairros mais antigos e o mais atingido pelas cheias dos rios.

Todos os anos as famílias têm suas casas tomadas pelas águas, as ruas viram rios e, até agora, nenhuma atitude foi providenciada para que essa situação chegue ao fim.

Itacoatiara, assim como as demais cidades do Estado do Amazonas, passou muitos anos sem políticas habitacionais, e sem a atuação do Estado a população busca alternativas. Nesta direção, foram produzidos os loteamentos periféricos e as ocupações coletivas. É importante frisar que na cidade o processo de ocupação teve interesses de alguns políticos, mas isso não foi aprofundado nessa pesquisa. A prefeitura do município foi omissa e as ocupações foram consolidadas sem nenhuma intervenção municipal, o que levou a população para as áreas de risco. Com essa consolidação surgiu a necessidade de levar a essas localidades serviços e equipamentos urbanos, o que denota mais recursos municipais que não foram realizados.

Neste contexto surge a segregação sócio-espacial, que é o processo, no contexto urbano, mais aplicado para explicar o fenômeno de separação de classes sociais por meio da habitação. É possível dizer que há segregação em Itacoatiara pelo fato da terra apresentar valores diferenciados de acordo com as áreas específicas, e estas, expressam as condições de posse de cada segmento social. O onde e como morar exemplificam essas condições gerais que tem no espaço urbano a maior expressão.

Hoje, o residencial Poranga é apresentado como um vetor de expansão urbana de Itacoatiara, mas ainda não se pode afirmar como vai ocorrer esta expansão e se será acompanhada de urbanismo ou será formada uma periferia como a do bairro Mamoud Amed.

Constatou-se que na periferia, assim como em algumas favelas, os moradores não querem deixar o bairro, que é o seu lugar, pois são criados laços subjetivos com ele. Naquele espaço ocorrem intensas relações sociais, há solidariedade entre os vizinhos, mesmo possuindo pouco, eles compartilham entre si. Essa relação do morador com o lugar ainda precisa ser estudada com mais profundidade, devendo ser levada para além de uma simples amostra dos formulários de uma entrevista. O que se registra é a

necessidade de buscar as respostas e as alternativas dentro do bairro e não trazê-las prontas.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, NERU, São Paulo, Ano XIV, nº 37, p. 34-46, 1994.

_____. Sobre a Memória das Cidades. In: **A Produção do Espaço**: agentes e processos, escalas e desafios. CARLOS, Ana Fani Alessadri, SOUZA, Marcelo Lopes. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (organizadores). São Paulo: Contexto, 2011. 19-39p.

AMAZONAS. **Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN)**. Indicadores socioeconômicos da Região Metropolitana de Manaus 2010. Manaus, 2010. 35p.

BRAGA, Dilma Barros. **A (re)produção do espaço urbano**: Os bairros Iraci e Prainha- Itacoatiara-AM. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2011.153p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação no Brasil Arquitetura moderna**, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo. Estação Liberdade: FAPESP, 2004. 344p.

_____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo *Lula*. Disponível: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf> Acesso em: 25 fev. 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessadri. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo. FFLCH, 2007. 123p.

_____. Da “Organização” à “Produção” do espaço no Movimento do Pensamento Geográfico. In: **A Produção do Espaço**: agentes e processos, escalas e desafios. CARLOS, Ana Fani Alessadri, SOUZA, Marcelo Lopes. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (organizadores). São Paulo: Contexto, 2011.p. 53-73.

CHINELLI, Filippina. Os loteamentos de periferia. In: **Habitação em Questão**. VALLADARES. Lícia do Prado, *et al.* Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 49-68.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Ática, 2007.94p.

_____. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto para Discussão. In: **A Produção do Espaço**: agentes e processos, escalas e desafios. CARLOS, Ana Fani Alessadri, SOUZA, Marcelo Lopes. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (organizadores). São Paulo: Contexto, 2011.p.41-51.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados do Município de Itacoatiara. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Assentamentos precários urbanos: espaços da Região Metropolitana de Curitiba: relatório II. / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2010.

JACOBI, Pedro. Exclusão Urbana e Lutas pelo Direito a Moradia. **Revista Espaço e Debate**, n. 7, 1982. p.53-69.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2008.187p.

LIMA, Marcos Castro de. *A Cidade, o Urbano e o Rio na Amazônia*. **Revista ACTA Geográfica**, Ano II, nº3, jan/jun. de 2008.p.107-117.

LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em Busca da casa própria: autoconstrução na periferia no Rio de Janeiro. *In: Habitação em questão*. VALADARES, Lícia do Prad, *et al.* Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MAIA, Doralice Sátyro. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona. Barcelona: vol. XIV, nº 331 (80) 2010. Disponível em < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-80.htm> >. Acesso em: 20 nov.2011.

MARINHO, Thiago Pimentel. **O Impacto da rede de educação universitária nas cidades do Amazonas**: O caso de Parintins e Itacoatiara de 2000-2009. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica. Manaus: Universidade Federal do Amazonas – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFAM-PIBIC/UFAM, 2010.

MARICATO, Ermínia (org.), **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.178p.

_____. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.79p.

_____. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. p.33-52. Cadernos Metrópole 21. 1 sem.2009. Disponível em < <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5954/4308>>. Acesso em: 18 nov.2011.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2011. 176p.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. **Urbanização no Médio Amazonas: A importância de Itacoatiara (AM) como cidade intermediária**. Manaus, 2007.186p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia).

OLIVEIRA, Fabrício Leal. BIASOTOO, Rosane. O acesso à terra urbanizada nos planos diretores brasileiros. In: **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. MONTANDON, Daniel Todtmann.. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades, 2011.

PEREIRA, Sandra de Castro. **Os Loteamentos Clandestinos no Distrito do Jaraguá-SP**. São Paulo, 2005. 111p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

PEREIRA, Guilherme Fernandes. **Os movimentos populares em Itacoatiara: Conflitos, Lutas e Conquistas nas Décadas dos Anos de 1980 a 2000**. Manaus: BK Editora, 2011.

PINTO. Antônia Gomes Neta, *et al.* As grandes enchentes do Amazonas, na década de 1970, e sua associação com a migração para Manaus.2009. Disponível em:<www.sbpcnet.org.br/livro/tabatinga/134.htm> Acesso em: maio. 2013.

RODRIGUES. Arlete Moysés. **Na Procura do Lugar o encontro da Identidade um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco**. Tese de doutorado. São Paulo. Universidade de São Paulo– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1988.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2009.74p.

SANCHS Céline. **São Paulo: Políticas públicas e Habitação Popular**. São Paulo: Edusp, 1999.

SANTOS, B. S. Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada. In: SOUZA Jr., J. G. (org.). **Introdução crítica ao direito**. Brasília, UnB, 1993.

SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec. 1993. 155p.

SERPA, Ângelo. **A Margem de Salvador**: A produção do espaço periférico metropolitano. In: LIMA, Paulo Costa et. al. Quem faz Salvador? Salvador: Salvador-Bahia. 2002.p.295-303.

_____. **Fala periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: Edufba, 2002.

SILVA, Francisco Gomes da. **Itacoatiara, Roteiro de uma cidade**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1997, 120p.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia **A produção Capitalista da Casa** (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa Ômega, 1982. p.77-92.

SOUZA, Ângela Gordilho. **Limites do Habitar**: Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2008.496p.

SOUZA, Marcelo Lopez de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, 51 (2), p. 140-172. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano: **A Produção do Espaço**: agentes e processos, escalas e desafios. CARLOS, Ana Fani Alessadri, SOUZA, Marcelo Lopes. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (organizadores). São Paulo: Contexto, 2011.

SPÍNOLA. Henriqueta Barbosa. **Itacoatiara**: Seus Bairros, Sua História, Sua vida. Itacoatiara, [S.l.: s.n.], 2001. 74p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Invest. Geog nº**. 54 México ago. 2004. Disponível em< http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0188-461120040002000008&script=sci_arttext>. Acesso em: 20.04.2012.

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Brasília: Ministério das Cidades. Maio de 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS – SUHAB. <<http://www.www.suhab.am.gov.br>.

TORRES, Haroldo da Gama, et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados** 17 (43), 2013.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global. 1986.122p.

_____. A segregação urbana e a justiça (ou justiça no injusto espaço urbano). **Revista brasileira de ciências criminais**. Brasil ano 11, no44,julho/setembro,2003. p.341-346.

DOCUMENTAÇÃO OFICIAL

ITACOATIARA. Lei n. 076, de 27 de setembro de 2006. Institui o Plano Diretor do município de Itacoatiara, fixando seus conceitos, objetivos, diretrizes gerais e dá outras providências.

DOCUMENTAÇÃO DA IMPRENSA

Governo Danilo Areosa utiliza a COHAB-AM para melhorar o padrão de vida d operário. *Jornal do Comércio*, Manaus, 1 de maio de 1968.

Cohab-AM celebra convenio para construção de casa em Itacoatiara. *Jornal do Comércio*, Manaus, 4 de maio de 1968.

Casas para Itacoatiara. *Jornal do Comércio*. 7 maio.1968.

Lindoso quer que BNH participe da “operação Amazônica”. *O jornal*, Manaus, 10 de maio de 1968.

Agricultura quer BNH operando no interior. *Jornal do Comércio*, Manaus, 9 de junho de 1968.

Setor imobiliário na luta. *Em tempo Itacoatiara*, Itacoatiara, 9 de junho de 2007.

Ex-líder do MST quer a Câmara. *Em tempo Itacoatiara*, Itacoatiara, 21 julho de 2007.

Periferia em perigo. *Em tempo Itacoatiara*, Itacoatiara, 9 de janeiro de 2008.

ANEXOS

**FORMULÁRIO
BAIRRO MAMOUD AMED**

Nº do formulário: _____

Pesquisa: A (re) produção do Espaço Urbano e Habitação popular de Itacoatiara-AM

Mestranda: Luciana Karoline Farias de Moura
Orientador: prof. Dr. José Aldemir de Oliveira

1. Dados do entrevistado

1.1 Sexo: () masc () fem

1.2 Idade: _____

1.3 Ocupação profissional:

() empregado. _____ () desempregado () autônomo

() aposentado

1.4 Renda Familiar:

() Menos de 01 salário mínimo

() 1 salário mínimo

() mais de 1 salário mínimo

1.5) Maior escolaridade do chefe da família:

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino superior completo

() Ensino superior Incompleto

2. ENTREVISTADO E O BAIRRO

2.1 Há quanto tempo mora no bairro:

() Alguns meses

() 2 e 3 anos

() 4 e 5

() desde a ocupação

2.3 Antes de morar aqui, em qual bairro vocês moravam?

2.2 Você gosta de morar neste bairro?

() sim () não

2.3 Em sua opinião há problemas neste bairro? () sim (lista três) () não

1. _____

2. _____

3. _____

2.4 Em sua opinião, quais são os três principais benefícios de morar neste bairro?

1. _____

2. _____

3. _____

2.5 Se não morasse neste bairro qual bairro moraria? Justifique a escolha.

3. A CASA

3.1 Quantas pessoas moram na casa? _____

3.2 Quantos cômodos tem a casa? _____

3.3 no quarto do casal dormem crianças? () sim () não

3.5 a casa é alugada () sim () não. Caso seja, qual é o valor do aluguel? _____

4. O BAIRRO E A CIDADE

4.1 Deslocasse ao centro da cidade () a pé () de bicicleta () moto táxi () motocicleta própria

4.2 Você considera difícil o deslocamento em sua cidade? () sim () não

Justifique _____

4.3 Que atividade deixa de realizar por dificuldade de deslocamento?

4.4 Locais onde tem acesso a serviços:

Serviço	Bairro	Outro bairro(nome)
Posto de saúde		
Igreja		
Comércio alimentício		
Confecções, armarinhos		
Lazer		
Posto Policial		
Escola		
Bancos		
Correios		

4.5 Que lugares na cidade você gostaria de frequentar, mas não frequenta? Por quê ?

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto: A (Re)Produção do Espaço Urbano e Habitação Popular de Itacoatiara-AM

Responsáveis: Luciana Karoline de Moura de Oliveira (Mestranda/PPGEO)

Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira (Orientador)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “A (Re)Produção do Espaço Urbano e Habitação Popular de Itacoatiara-AM”, sob a responsabilidade dos pesquisadores **Luciana Karoline Farias de Moura** e **José Aldemir de Oliveira**. Trata-se de uma dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

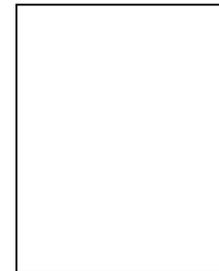
Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder as perguntas deste formulário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Você estará sendo informado pelo telefone e endereço comercial dos pesquisadores* para qualquer dúvida sobre o projeto:

- Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar;
- Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade;
- **Objetivo do estudo:** Compreender a (re)produção do espaço urbano de Itacoatiara-AM para compreender o processo de produção de habitação popular na cidade ocorrida no período de 2000-2003.
- **Procedimentos.** Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste formulário respondendo às perguntas formuladas.
- **Benefícios.** Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.
- **Riscos.** O preenchimento deste formulário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Itacoatiara ____ de _____ de 2013

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisado



Impressão dactiloscópica no caso de não saber escrever

* Telefone para contato: (92) 9106-3308- Luciana de Oliveira.
UFAM, Avenida Rodrigo Actávio Jordão Ramos, Nº 3000, bairro Aleixo, CEP 69077-000, Universidade Federal do Amazonas, Campus universitário.